

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SOLANGE APARECIDA ROSA

**EDUCAÇÃO HIGIÊNICA:
ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A QUESTÃO NAS PRIMEIRAS
DÉCADAS DO SÉCULO XX NO PARANÁ**

CURITIBA

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SOLANGE APARECIDA ROSA

**EDUCAÇÃO HIGIÊNICA:
ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A QUESTÃO NAS PRIMEIRAS
DÉCADAS DO SÉCULO XX NO PARANÁ**

Trabalho de monografia apresentado ao curso de especialização em Educação nas Relações Étnico-Raciais. Setor de Educação. Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Hilton Costa

CURITIBA

2015

DEDICATÓRIA

“Profe, você é tanto linda e eu ti amo tanto, mas por que você é preta?”

“Eu nunca tive um professora assim como você, assim...”

“Eu ti amo profe. Você sabia”

“Quem vem dar aula pra nois a professora negona?”

(Aluno do 1º ano, aluna do 5º ano em 2014 e aluno do 1º ano, aluno do em 2015 - todas crianças são do ensino fundamental I)

Dedico esse trabalho as “minhas” queridas crianças que todos os dias me ensinam muito e me alimentam.

AGRADECIMENTO

Ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiro pelo programa de especialização em Educação das Relações Étnico-raciais (NEAB), Coordenação de Integração de Políticas de Educação à distância (CIPEAD) e ao setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

À coordenação do curso, aos técnicos que possibilitaram a infraestrutura. Sobretudo, Judit e Nathália, pelo assessoramento, informes sobre os encaminhamentos e a parte burocrática do curso durante esses meses e pela organização da dinâmica administrativa dos cursistas.

Aos professores formadores e aos tutores presenciais. Em especial, a tutoria da professora e mestre Fabiola pelos meses de troca de experiência e ajuda na plataforma do curso para as postagens e correção das atividades.

Ao meu orientador, Hilton Costa, pela construção desse trabalho e pela compreensão.

As amigas Maria Patrícia, Lucilene Soares, Tânia Pacífico e Débora. Aos amigos Roberto Jardim e Jorge Santana.

Agradeço imensamente a minha querida mãe, Creuza Aparecida. Mãe, mais uma etapa vencida. Aos meus queridos, filho Joao Vitor, e companheiro, Rosalvo Junior, pelo apoio de sempre e compreensão. A minha irmã Kelly e ao meu sobrinho Luiz. A toda a minha família que torce muito e comemora as conquistas junto.

A todos e todas,

Muito obrigada.

“Em todos nós”, explicou Alex Haley, “há, no fundo da medula, uma fome de conhecer nossa herança – saber quem somos e de onde viemos. Sem esse conhecimento enriquecedor, há um anseio vazio”

(MAHAMA, 2014)

RESUMO

O discurso sanitaria e higienista, que tem como base a eugenia galtoniana, estiveram imersos nas políticas em diferentes instâncias do Estado brasileiro até meados do século XX. Tais discursos interferiram nas políticas sociais, principalmente, na educação, saúde e urbanismos nos grandes centros, visando construção de uma nação moderna, civilizada e branca, rumo ao progresso. Esta pesquisa procurou, então, analisar a tendência eugenista no pensamento sócio racial brasileiro vigente na primeira república, especialmente, na educação, e buscou identificar a existência de políticas sanitarias e higienistas na legislação educacional do Paraná. As fontes utilizadas foram as bibliografias sobre sanitarismo, higienismo e eugenismo. Na análise documental utilizou-se as bases eletrônicas do Arquivo Público do Paraná e para compor a parte de fundamentação fez necessário utilizar estudos da área da sociologia e da saúde; o referencial de análise partiu do conceito de ideologia Thompsiano. Como base na análise da fonte primária foi possível identificar termos como “conselhos higienicos”, “educação higienica”, “higiene escolar” na legislação paranaense e outras formas discursivas. Isso possibilitou inferir que dentro do contexto da época tendências da educação sanitaria, higienista e até mesmo “educação eugênica” foram alicerçados por concepções e interesses eugênicos e a complacência do Estado visava o interesse da elite intelectual e política do momento histórico estudado que influenciaram as políticas no Paraná. Esse contexto resultou numa política educacional que silenciava o grupo étnico racial negro na medida em que se buscava a civilidade por meio da educação.

Palavras-chaves: Pensamento Sócio-Racial Brasileiro. Políticas De Estado. Políticas Educacionais. Educação Paranaense.

ABSTRACT

The sanitarian and hygienist discourse, which is based on the galtoniana eugenics, were immersed in policies at different levels of the Brazilian State until the mid-twentieth century. Such speeches interfere in social policies, especially in education, health and urbanism in the major centers, aiming at building a modern, civilized and white nation towards progress. This research sought to then analyze the eugenic tendency in thought current Brazilian racial partner in the first republic, especially in education, and sought to identify the existence of sanitary policies and hygienists in the educational legislation of Parana. The sources used were the bibliographies on sanitarianism, hygienism and eugenics. Documental analysis we used the electronic databases of Paraná Public Archives and to form part of reasoning was necessary to use studies of the field of sociology and health; the analytical framework set out the concept of Thompsiano ideology. Based on the analysis of the primary source was possible to identify terms such as "Hygienicos advice", "sanitary education" and "school hygiene" in Paraná legislation and other discursive forms. This made it possible to infer that within the context of the time trends of sanitary education, hygienist and even "eugenic education" were substantiated by concepts and eugenic interests and complacency of the state aimed at the interests of the intellectual elite and historical moment of political studied influencing policies Parana. This context has resulted in educational policy that silenced the black racial ethnic group as it sought civility through education.

Keywords: Thinking Social and Racial Brazilian. In State policies. Educational policies. Paranaense education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - CAPA DA PRIMEIRA REVISTA ILUSTRADA PARANAENSE	37
FIGURA 2 - FICHA DO ALUNO	56
FIGURA 3 - FICHA DE EXAME MÉDICO DO ALUNO	56
QUADRO 1 - MODOS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA	18
QUADRO 2 - TEORIAS EVOLUTIVAS	22
QUADRO 3- TENDÊNCIAS DO RACISMO CIENTÍFICO	33
QUADRO 4 - PARALELOS ENTRE EDUCAÇÃO E SAÚDE	40
QUADRO 5 - REFORMADORES DA ESCOLA NOVA	43
QUADRO 6 - CIÊNCIA PODOLOGIA	51
QUADRO 7- LISTAS DE PRESCRIÇÕES	59

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

ABE - Associação Brasileira de Educação
BBC - British Broadcasting Corporation (Corporação Britânica de Difusão - rádio e TV).
CIPEAD- Coordenação de Integração de Políticas de Educação a Distância
DGSP - Diretório de Saúde Pública
DNA - Ácido desoxirribonucleico
FEBEM - Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor
HP - Hermenêutica da profundidade
IDAH - Índice de Desenvolvimento Humano
IPE - Instituto de Pesquisa Educacionais
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica
LBHM Liga de Higiene Mental
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NEAB – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros
RMP - Revista Medicina do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 IDEOLOGIA NA TEORIA DE THOMPSON	17
1.1 CONTEXTO EUGÊNICO	20
1.2 CONTEXTO BRASILEIRO	26
1.3 CONTEXTO NO PARANÁ	35
2 EDUCAÇÃO	40
2.1 LEGISLAÇÃO	47
3 POSSÍVEIS DIALOGOS EUGÊNICOS ENTRE LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL NO ESTADO MAIS EUROPEU DO SUL DO BRASIL	51
3.1 PEDAGOGIA EUGÊNICA	51
3.2 PEDAGOGIA EUGÊNICA NOS RELATÓRIOS DE ENSINO NO PARANÁ ...	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	65

INTRODUÇÃO

O tema da educação para as relações étnico-raciais é uma proposta recente na legislação educacional brasileira, todavia, a demanda não é nova. A inserção dessa temática na legislação brasileira passava, e passa, pelo reconhecimento por parte do Estado da existência da população negra no país. Os movimentos sociais negros reivindicam que o Estado brasileiro reconheça o racismo como principal forma de exclusão da população negra no país.

De certa forma, nos anos finais da década de 1990 e no princípio dos anos 2000, pela primeira vez na história deste país, o Estado passou a reconhecer, de modo oficial, não só a existência do racismo, como o seu papel estruturante na sociedade brasileira. A partir do momento em que o Estado assumiu a existência do racismo e o seu papel decisivo na organização social brasileira, constituiu-se a possibilidade da discussão ampliada do tema, bem como do desenvolvimento de políticas para a promoção da igualdade racial.

Neste contexto, promulgou-se uma legislação específica que trata do assunto no âmbito da educação. A Lei nº 10.639/2003 obriga o ensino da história e da cultura africana e afrobrasileira nas escolas de todo o país. A referida lei, modificação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 2008 foi alterada novamente pela Lei nº 11.645 com a inclusão da história e cultura dos povos indígenas.

Entretanto, observei, durante minha graduação em Pedagogia realizada entre os anos de 2009 e 2013, o tema da educação para a diversidade não me pareceu ser uma preocupação ou demanda curricular. Tratávamos da educação, de certa forma, utópica, ou seja, sem observar e entender de fato a realidade da educação escolar brasileira, da realidade dos sujeitos que frequentam as instituições de ensino pública. Mesmo que a educação escolar pública fosse a maior ênfase do curso.

A educação superior repete uma situação já existente na escolarização básica: um currículo eurocêntrico, como pouco espaço para outras formas epistêmicas, outras formas de conhecimento e saberes. Certamente, tal perspectiva de formação acadêmica tem sido transmitida para os profissionais formados na vigência dessa grade unilateral e por vezes racializada e racista (SANTOS, 2015, no prelo).

A escola se constitui como espaço da diversidade, notadamente as da rede pública de ensino, deveriam se pensar plurais, construídas para atender pessoas de diferentes classes sociais, de diferentes pertencimentos raciais, entre outras

especificidades. No entanto, a homogeneização acontecem em todos os sentidos na prática pedagógica e no currículo eurocêntrico.

Está cada vez mais evidente que a educação escolar contemporânea possui um gama de sujeitos e multiplicidades de saberes. No entanto, a ideia de centralidade e uniformidade eurocentrada inviabiliza uma visão mais holística das diferentes maneiras de construção de saberes, histórias e culturas dos diferentes povos. Um exemplo importante desse epistemicídio (SANTOS, 2010), o prefixo *episteme*, que significa conhecimento, e o sufixo *ícios*, que significa morte. É o que aconteceu com a cultura e história dos povos nativos dominados nas Américas na época das “grandes descobertas¹”, colonização pelo ocidente.

Segundo Santos, o termo significa a “supressão dos conhecimentos locais perpetrado por um conhecimento alienígena”, ou seja, os nativos da América, Austrália, África e Índia tiveram seus conhecimentos subjugados pela colonização europeia, subterrado e morto pela “missão colonizadora” (SANTOS, 2010, p. 10). A história do Brasil presente nos manuais escolares estava, e ainda está, presa à matriz eurocentrada. Aguilar Filho (2011, p. 66) afirma que “o menino brasileiro euro descendente estudava sua “história” os outros não tinham direito sequer à História. A condição de exclusão compunha-se, também, por uma moralidade, de forte teor religioso católico, defensora de valores e comportamentos europeus”. A história dos povos não europeus aparece de modo secundário, como algo de menor importância, na trajetória do país. Ao que parece o único momento na escola em que meninos e meninas negras são reconhecidos, como sendo parte de um povo ou grupo “étnico” – população negra, como integrantes na história brasileira (na aula) é quando se está tratando do escravismo no Brasil colônia. Nesse momento, há certa identificação pelas próprias crianças negras, ou são identificadas pelos colegas, muitas vezes, de forma pejorativa e estigmatizante. Fato que não expressa valorização, mas uma condição de inferioridade e negação da sua própria condição histórica e identidade de grupo.

No mundo ocidental, a escravidão desenvolveu-se e/ou ressurgiu em torno do século XVI. A escravidão, organizada a partir do século XVI, ficou conhecida na historiografia como escravidão moderna. Esta nomenclatura foi adotada para marcar as

¹ A historiografia moderna já considera outras maneiras de estudar os movimentos históricos e reanalisa a história das descobertas das Américas numa perspectiva crítica e menos eurocentrada. Quijano, afirma que “o eucentrismo não é exclusividade, portanto, a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominadores do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob a sua hegemonia.” (SANTOS, MENESES, 2010, p. 75). Ou seja, é um desavio para os países colonizados se desconstruir o saber fora da história normativa.

diferenças entre o escravismo atlântico (o moderno) do escravismo antigo, notadamente, aquele praticado no mundo grego e posteriormente no mundo romano.

Dentre as características da escravidão moderna está à construção de um Outro passível de ser escravizado por si só. Dessa forma, desenvolveu-se da ideia de que existem pessoas criadas para o cativeiro. As condições históricas da escravidão moderna promoveu as populações negras como este Outro.

Outra característica da escravidão moderna, que articulada à anterior, é a produção de discursos e narrativas para inferiorizar e mesmo desumanizar as pessoas escravizadas, bem como a tentativa de coisificação. A escravidão moderna criou suas ideologias, seu *ethos* nas diferentes regiões onde ela se instalou. As formas de ver o mundo criadas pelo escravismo permaneceram (e permanecem em alguma medida) mesmo após o fim da escravidão. Uma marca muito visível das reminiscências do escravismo no pós-escravismo foi o desenvolvimento de sistemas segregacionistas em sociedades onde vigeu a escravidão, o caso mais emblemático provavelmente é o dos Estados Unidos.

Tal caso é destaque, em grande medida, pelo fato da segregação racial ter sido organizada por uma legislação. Outras sociedades pós-escravistas mantinham inúmeras formas de segregação racial sem recorrer a uma legislação para tal, o Brasil pode ser alocado neste segundo grupo. Assim, diferente dos Estados Unidos ou da África do Sul, o Brasil não criou um sistema legal, ou seja, uma legislação segregacionista.

Nesse contexto, a formação de professoras e professores no Brasil, bem como inúmeros manuais didáticos, destacam o fato de que no pós-escravismo brasileiro não houve a instalação de leis segregacionistas, entretanto, não se enfatiza que não há a necessidade de uma legislação específica para que os sistemas sociais de segregação se instalem. Teóricos (GOMES, 2012) apontam as formas estruturantes como o racismo está empregando na sociedade brasileira. Segundo Santos (1989, p. xx), “o racismo é uma teoria defendida em livros e salas de aulas como argumentos e teses científicas”. É bastante documentado como a sociedade brasileira desenvolveu várias barreiras para a população negra integrar-se na sociedade no pós-abolição. Nos anúncios de emprego na cidade São Paulo, por exemplo, a publicação nos jornais expressava o preterimento indiscriminadamente da população negra, havia nítida preferência por pessoas brancas oriundas do processo migratório europeu (DOMINGOS, 2004).

Ao que consta a intelectualidade brasileira na época do pós-abolição estava conectada de norte à sul do país na ideia da construção da nação. No início do século

XX, os movimentos sanitaristas e higienistas estavam em sintonia com o visionário projeto nacional. No entanto, esses movimentos tiveram suas raízes na ciência eugênica deflagrada na Europa, no século XIX, e a elite brasileira preocupada com o futuro da nação e ideia de progresso encontraram nessa ciência a solução para todos os problemas socioculturais e raciais do país multiétnico.

Nessa perspectiva progressista e de branqueamento, o Brasil recebeu milhões de imigrantes oriundos principalmente do continente Europeu que se instalaram em diferentes regiões do país. Sobretudo, nos estados do Sul e Sudeste, principalmente São Paulo, tais imigrantes europeus atendiam a política de branqueamento. Na capital paulista cafeicultores necessitavam de mão de obra para as fazendas de café, não por falta de trabalhadores, mas pela recusa em admitir mão de obra dos trabalhadores negros (DOMINGUES, 2004). Nos estados do Sul, também havia a necessidade de povoamento nas terras ociosas. A imigração europeia foi muito oportuna politicamente nesse final de século XIX e início de século XX. Para as/os imigrantes era uma perspectiva de vida nova na “terra das oportunidades”, já para a elite intelectual e política brasileira imbricações no processo de branqueamento do país (fato que veremos no desenvolvimento texto).

Assim sendo, o tema do presente estudo nasceu das seguintes preocupações: 1) como se dissimulou a segregação racial no ambiente escolar brasileiro, tomando como estudo de caso o Estado do Paraná; 2) como se procede à formação docente no que diz respeito à história e cultura africana e afro-brasileira.

Assim, abrem-se as questões: existiram medidas de cerceamento da população negra nos diferentes espaços sociais na região Sul do país? Como o ideário de branqueamento operou na educação paranaense? Existiu de alguma maneira na legislação paranaense alguma medida de preterimento racial?

A análise que aqui se apresenta busca verificar se a legislação brasileira, em especial a paranaense, do final do século XIX e início do século XX mantinha tendências segregacionistas, notadamente, no que diz respeito ao acesso da população negra à escolarização. O objetivo inicial deste estudo foi notar se houve na legislação educacional paranaense diálogo com as teorias eugênicas entre os anos de 1910 e 1930 e pesquisar esse contexto nos documentos da legislação da época. No entanto, optamos por verificar somente o relatório do Cesar Pietro, inspetor de educação do estado do Paraná no ano de 1920 e outros dois materiais produzidos pelo inspetor.

Segundo Jerry D'ávila (2006), a escola era vista como laboratório eugênico pelos intelectuais e cientistas sociais nas primeiras décadas do século XX. O projeto de nação no pós-abolição dos pensadores e intelectuais brasileiro seria transformação o Brasil em uma nação primeiro mundo no que se refere ao progresso sócio cultural e econômico estava permeado por argumento científico cunhado pelos sanitaristas e higienistas como perspectiva eugênica. Esse contexto nos permite melhor compreender como se deram e onde se basearam as questões desse texto.

As fontes utilizadas para esse estudo foram os documentos disponíveis no Arquivo público do Paraná e foram coletadas no período de maio a Julho de 2015.

Para interpretação e análise da legislação educacional paranaense usaremos John B. Thompson que realizou estudos acerca da ideologia. Para o estudioso, os fenômenos simbólicos são ideológicos quando servem para manter relações de dominação em circunstâncias particulares. O sistema ideológico, que se renova, exige e reproduz as condições sociais (material e simbólica) e os meios de subsistência, ou seja, dita as regras e normas de como se vestir, o que comer, qual é melhor profissão entre outras. Atribui valor social e simbólico as condições sociais que atinge toda a estrutura de uma sociedade desde a base da pirâmide social até ponto mais alto, em diferentes eixos de desigualdade (não só de classe, mas também de gênero, raça²-etnia e idade). “A ideologia dominante é um sistema simbólico que, ao incorporar as pessoas de todos os estratos à ordem social, ajuda a reproduzir a ordem social que serve aos interesses dos grupos dominantes” (THOMPSON, 2009, p. 122), ou seja, “a ideologia está a serviço do poder”.

O parlamento é um âmbito de disputa de poder e acirrados embates ideológicos. Contudo, é possível questionar se as leis são expressão de um consenso? Consenso do grupo dominante ou do coletivo? Por que tais leis são aprovadas e outras levam anos para serem se quer são discutidas? Estas questões norteiam o estudo mesmo que de maneira periférica nesse momento.

A primeira questão a ser abordado é a perspectiva do racismo científico, higienização, sanitarismo que povoou o imaginário social da elite brasileira na virada do século XIX para o XX. Nesse período os arranjos políticas estiveram em diálogo direto como essas ideias. As ações e políticas elaboradas nesse período levaram os

² O termo raça está sendo usado não no sentido biológico, mas relações sociais. Silva afirma que as ideias de raça humanas e as bases sociais do racismo foram historicamente criadas e difundidas, com objetivos políticos bem determinados” (SILVA, 2008)

intelectuais a pensarem em mecanicismos sociais e raciais para a construção da Nação brasileira cunhadas nas ideias sobre racismo científico.

O primeiro capítulo trata brevemente sobre do estudo John B. Thompson. Tal estudo compõe a análise da parte documental a partir da concepção da ideologia descrita por esse estudioso que conceitua a ideologia em duas primazias distinta neutralidade e criticidade. A crítica implica em sentidos negativos, pejorativos e críticos que condena esse fenômeno. A neutralidade assume um aspecto de um fenômeno natural nas relações sociais. Para Thompson, a ideologia serve para sustentar a dominação no que tange as relações de poder. Sua teoria oferece mecanismos para análise dos *Modos de operação da ideologia* que são cinco e estão contidos em, como o autor se refere, “Algumas estratégias de típicas de construção simbólica” que são treze: legitimação (racionalização, universalização, narrativação); dissimulação (deslocamento, eufemização, tropo – sinédoque – metonimia- metáfora); unificação (estandardização e simbolização da unidade); fragmentação (diferenciação e expurgo do outro); reitacação (naturalização, eternalização, nominalização/ passivização). Thompson afirma que essas estratégias não são as únicas. Outras pesquisas sinalizou o silenciamento como sendo um modo de operação da ideologia do estudioso Paulo Vinicius Baptista da Silva (2008) e a banalização de Pedrinho A. Guareschi (apud SILVA, 2012).

No segundo capítulo foi feito uma contextualização do pensamento eugênico que norteou o século XIX, a partir do nascimento do conceito que foi inserido nas relações sociais modernas por Francis Galton (1822-1911), em meados do século XIX, na Inglaterra, vários países europeus, Estados Unidos e posteriormente América Latina. O termo eugenia tem origem grega que significa bem nascido e foi instituído pelo cientista inglês que criou a ciência eugênica. Será apresentado como os conceitos sanitaristas, higienistas dirigido pela concepção eugênica influenciou políticas sociais e raciais, no Brasil, em nome do progresso, civilidade, modernidade e urbanização do país preconizado pelos intelectuais nas primeiras décadas do século XX, na república velha.

No capítulo terceiro, trataremos, em paralelo, aspecto sobre a educação e saúde no país, Brasil, que estava imerso das reformas políticas de cunho eugenista na sua elaboração das leis e também na ação. Isso nacionalmente e no âmbito da política paranaense. Entendendo como se estruturou o pensamento social eugênico no Paraná e

as legislações educacionais da época e possível interligação da legislação paranaense anos vintes na vigência do inspetor do ensino César Prieto Martinez, a partir de 1920.

1 - IDEOLOGIA NA TEORIA DE THOMPSON

Os homens desse Brasil em vez das cores das três raças terão as cores das profissões e das regiões.

As mulheres do Brasil em vez de cores boreais terão as cores variamente tropicais.

Todo brasileiro poderá dizer: é assim que eu quero o Brasil, todo brasileiro e não apenas o bacharel ou o doutor o preto, o pardo, o roxo e não apenas o branco e o semibranco. (FREIRE, 2003, p. 4)

O ideário sobre nação brasileira que está esboçado nas primeiras linhas da obra “Casa grande & senzala”, de Gilberto Freyre³ (1900 -1987) como se vê na epigrafe desse capítulo. Jesse (2000) demonstrou a forma como quem Freyre percebia as relações sócio raciais no Brasil, harmoniosa e amistosa. Nessa perspectiva o mito fundador se constitui na composição das três raças: indígena, africana e europeia e a mistura das raças que forma a população brasileira. Possibilita assim, nesse contexto, as relações amistosas entre negros e brancos desde o período escravista (entre a casa grande e senzala) as relações entre senhores de escravos e escravizados, especialmente escravizadas, mulheres (as mucamas ou escravizados domésticos) eram consideradas amigáveis e até afetivas. Nesse contexto em que autor Gilberto Freyre constitui a sua alegoria e configuração sobre a escravização, relações harmoniosas. Assim, o mito sobre fundação nacional do povo brasileiro enraizou-se em torno dessa ideia, dessa ideologia, para Freyre. Então, estamos no campo do discurso ideológico, da ideologia.

A ideologia no sentido mais simplista significa dar sentido falso a uma ideia de uma realidade social distinta. Contudo, a Sociologia moderna apropriou-se do termo, ou melhor, os sociólogos Karl Marx (1818-1883) e Karl Emil Maximilian Weber (1864-1920) dedicaram-se a estudar e entender esse conceito imerso na realidade social, cultural e econômica dos grupos e sociedades.

O teórico John B. Thompson é um estudioso sobre teoria crítica contemporânea que pesquisa a ideologia e reprodução social nos meios midiático, seguindo passos antes traçados por Marx e Weber. Thompson apresenta o conceito de que os fenômenos simbólicos são ideológicos quando servem para manter relações de dominação em circunstâncias particulares. O autor aponta que a reprodução social é organizada pelo estado e legitimada pela ideologia. Reproduz condições sociais, mas não somente, reproduz também valores e crenças que são socialmente partilhadas dessa ideologia dominante que é também socialmente aceita.

³ Gilberto de Mello Freyre, publicou Casa grande & Senzala em 1933.

O autor conceitua o termo ideologia e se baseia em três aspectos: “a noção de sentido, o conceito de dominação e as maneiras como o sentido pode servir para estabelecer e sustentar relações de dominação” (THOMPSON, 2009, p. 79). Como proposta de abordagem da ideologia na pesquisa social, desenvolve cinco “modos” de operação da ideologia e estratégias a qual ideologia age: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Contudo, o autor afirma que a ideologia pode operar de maneiras distintas e as formas simbólicas estão inseridas no contexto social em todo o mundo. Thompson considera as formas simbólicas, num amplo espectro, são produzidas e reproduzidas pelas pessoas através das ações e falas, imagens e textos. E propõe um quadro no qual os modos de operação da ideologia são associados com maneiras que são usados em estratégias típicas de construção simbólica.

A **legitimação** está relacionada às “formas simbólicas que são representadas como justas e dignas de apoio, isto é, como legítimas”. A **dissimulação** se caracteriza pelas formas simbólicas que são representadas, negação ou obscurecimento de processos sociais existentes. A **unificação** se estabelece a partir da “construção coletiva independente das diferenças individuais e sociais”. A **fragmentação** é quando “segmentação de grupos ou individuais que possam significar ameaça aos grupos detentores de poder”. Por último, a **reificação** se caracteriza por “processos relatados como coisas. Situações históricas e transitórias são tratadas como atemporais, permanentes, naturais” (THOMPSON, 2009, SILVA, 2008).

Abaixo segue o quadro com todos os modos gerais e estratégias de operação de Thompson adaptado por Paulo Vinicius Baptista da Silva (SILVA, 2008, p. 44).

QUADRO 1 - MODOS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA

Legitimação	Racionalização Universalização Narrativização
Dissimulação	Deslocamento Eufemização Tropo (sinédoque metonímia, metáfora) Silêncio
Unificação	Estandardização Simbolização da unidade
Fragmentação	Diferenciação Expurgo do outro Estigmatização
Reificação	Naturalização Eternalização Nominalização Passivização

Banalização	Divertimento Fait-divers Ironia
--------------------	---------------------------------------

FONTE: THOMPSON (2009, p.81), adaptado por SILVA (2008, p. 44).

Thompson (2009, p.81) alerta que a legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação não são as únicas formas de operação da ideologia, e que os modos de operação e as estratégias podem se sobrepor uma a outra. Silva (2008) argumentou que o silêncio seria um modo de operação da ideologia, utilizando-o para interpretar o racismo nos livros didáticos e discurso ideológico que racializa a população negra nas estruturas midiáticas.

A estratégia de operação do *silêncio* se manifesta no discurso ideológico quando há “ausência ou falta no discurso que atua ativamente para construir sentidos” (SILVA, 2012, p. 113), “atua como mecanismo que permite ocultar as desigualdades” e é definido “por aquilo que não pode ser dito” (SILVA, 2008, p. xx). Ou seja, existem mecanismos de segregação por conta do racismo que estrutura a sociedade, mas tais fatos (comprovados, por exemplo, por estudos estatísticos realizados pelo IPEA⁴) não são ditos, são *silenciados* pelo discurso hegemônico de igualdades racial nos vários âmbitos da sociedade, inclusive na escola. Há um silenciamento “sobre as particularidades culturais da população negra” e “silêncio sobre a branquidade que atua para estabelecer o branco como norma de humanidade” (SILVA, 2008, p. xx) situação essa que confere vantagens e privilégios na dinâmica da vida social.

Outro modo de operação ideológica destacado no quadro abordado por Guareschi (apud SILVA, 2012) é a *banalização*. Esse está relacionada às formas de “diluição” da realidade e ou da importância do tema, induzindo à conformidade e ausência de reflexão crítica”. (SILVA, 2012, p. 114). Esse modo de operação está ligado outras três formas de estratégias da ideologia que é divertimento/cômico, fait-divers e ironia.

A *banalização* no contexto midiático pode ser observada nos programas humorísticos que transforma situações e discussões importantes, especialmente dos movimentos sociais e partidos políticos, em momento diversão que usa a

⁴ IPEA - Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada está vinculada ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República do Brasil criada em 1964. Relatório de pesquisa apresenta dados sobre violência contra a população negra, mortalidade de homens negros. Disponível: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20607 Relatório sobre Mapa da Violência do Ministério da Justiça 2011.

ridicularização e a sátira como forma de minimizar as discussões e conquistas políticas das instituições.

Tais estratégias ideológicas ou modo de operação da ideologia podem ser vistas nos diversos segmentos da sociedade. Thompson (2009, p. 193) afirma que as formas simbólicas estão sempre inseridas em contextos sociais estruturados. Embora seus estudos estejam ligados à análise midiática sua teoria oferece um arcabouço teórico para investigar as relações sociais, como o autor mesmo ressalta nas suas diversas manifestações relativo à dominação e constituição do poder. A legislação é uma expressão intrínseca do poder, decreta os direitos e os deveres aos sujeitos.

Usaremos os modos de operação da ideologia de Thompson que apresenta um das ferramentas para interpretação: “formas de investigação hermenêutica” ou simplesmente “hermenêutica da profundidade (HP)” (THOMPSON, p. 361, 2009), que é um estudo mais aprofundado sobre a maneira que se manifesta a ideologia. O autor analisa HP sob três faces: sócio-histórica, análise Formal ou Discursiva e Interpretação/Reinterpretação. Para estudo somente usaremos os modos de operação e não o HP.

1.1 CONTEXTO EUGÊNICO

Ser pai valia por um diploma de superioridade mental, moral e física, conferido pela natureza e confirmado pelos poderes públicos. (LOBATO, 1926, p.75).

A frase que serve de epígrafe para este subitem aparentemente não apresenta nenhuma circunstância que não seja a do paternalismo, contudo, dentro de determinado espaço, tempo e contexto histórico, essa frase apresenta outros contornos. O discurso presente no enunciado revela a presença da hereditariedade e superioridade racial alicerçadas na eugenia, da ciência eugênica.

A ciência genética, como suas bases no estudo da hereditariedade – denomina por eugenia por Francis Galton - aliada à tecnologia nos proporcionou um ganho para as novas descobertas em todos os âmbitos da vida moderna e possibilitou que a

medicina ampliasse conhecimento nas áreas da neurociência, medicina nuclear e genéticas (descoberta da dupla hélice de DNA).

O que se conhece hoje sobre genética no ocidente deve-se aos empreendimentos rudimentares de Frei Gregor Johann Mendel (1822-1884) e de outros estudos em botânica que o antecederam. Mendel realizava cruzamentos de sementes de ervilhas para observar as especificidades de cada produto que nascia desses experimentos. Sua teoria foi nascedouro também dos princípios gênicos e genéticos que estão presentes até os dias de hoje.

Outro estudo que está intrinsecamente ligado nas bases da ciência moderna foi a teoria de Charles Darwin, o biólogo, que publicou em meados do século XIX, 1859, a obra “Origens das espécies” que possibilitou elucubrações sobre a tese que as espécies estão em um processo evolutivo. Esta ideia permitiu pensar que as espécies vão de um estado primitivo (no sentido de primeiro) para um melhor acabado. Nos anos de 1870, essa teoria darwinista já era muito prestigiada (DEL CONT, 2007).

No final século XIX, teóricos adaptaram a teoria da evolução das espécies para as Ciências Sociais. Francis Galton, primo de Darwin, foi um desses teóricos. Desse modo, acreditava que se há evolução das espécies animais há também da mesma maneira evolução entre os seres humanos, ou seja, a mesma abordagem fora construída para explicar os fenômenos culturais dos diferentes grupos sociais humanos. Ideias que não eram de toda inovadoras, pois na época das grandes descobertas, séculos XV, XVI, um dos motivos pelos quais africanos e indígenas foram escravizados nas Américas foi o de serem, supostamente, incivilizados, já existindo uma condição sobreposta de superioridade racial. A Igreja Católica, por exemplo, debateu por muito tempo a condição humana dos povos nativos da América, se esses possuíam ou não alma – condição fundamental para essas pessoas serem consideradas seres humanos.

Surgiu então, darwinismo social que não demorou em ser utilizado para justificar a dominação de povos nativos. Galton, o precursor, também incorporou uma nova perspectiva a de melhoramento das espécies humanas que estava diretamente relacionado à reprodução humana, ou seja, chamada eugenia.

A ciência eugênica foi uma teoria que sistematizou a perspectiva de processo da ideia sobre evolução humana que começou a partir de Jean Baptiste Antoine de Monet Chevalier de Lamarck. Segue abaixo tabela com a sistematização do pensamento sobre a ideia de evolução.

QUADRO 2 - TEORIAS EVOLUTIVAS

	Teóricos	Teses
Teorias evolucionistas	Jean Baptiste Antoine de Monet Chevalier de Lamarck (1744-1829)	Existe alguma forma de adaptação dos organismos às mudanças Ambientais - Teoria consistente e influente sobre o processo evolutivo.
	Charles Robert Darwin (1809-1883)	Evolução das espécies se dá no processo de seleção natural
	Herbet Spencer (1820-1903)	Unidades fisiologia responsável pela transmissão hereditária
	Francis Galton (1822-1911)	Eugenia: ciência da hereditariedade humana e melhoramento racial (1883)

Fonte: DEL CONT (2007). Tabela adaptação pela autora

A teoria evolucionista foi inicialmente muito combatida, uma vez que o criacionismo se constituía na perspectiva hegemônica. A obra de Darwin foi combatida durante todo o século XIX, não se admitia a ideia de que o homem se originou do macaco e que sofreu um processo evolutivo.

Segundo Valdeir Donizete Del Cont (2006), a teoria criacionista, monogênica, só foi enfraquecendo a medida que a arqueologia descobriu os fósseis. Tal achado, fósseis do passado remoto da origem da humanidade desmontam certezas defendidas por crenças religiosas. Possibilitando aos cientistas evolucionistas tecerem suas elucubrações e teses sobre as raças⁵ humanas. Conceito que alicerça outro: o racismo, que é “uma ideia negativa a respeito do outro, nascida de uma dupla necessidade: se defender e justificar a agressão” (SANTOS, 1984, p. 19) e é um “fenômeno universal” (SANTOS, 1984, p. 18).

A tese de Carlos Moore (2012) sobre racismo na sociedade assinala que a gênese desse fenômeno é mais remota do que se imagina entre as nações e agrupamentos humanos:

Gregos e romanos constituíram um mundo alicerçado sobre a explícita entre distinção dos seres humanos entre “inferior e “superior”, “bárbaros” e “civilizados”; e mais, entre aqueles que “nascem para serem escravos” e “e os que nascem para serem livres”. De todo modo, no início não parece ter havido correspondência sistemática entre essa precoce hierarquia baseada na escravidão, que parece ser intrínseca à maioria dos povos da Antiguidade, e

⁵ O conceito de raça no texto será usado na perspectiva sociológica, já que raças humanas biologicamente não constam na realidade, como a ciência genética já pode comprovar por meio da descoberta do DNA mitocondrial. Contudo, o constructo do termo raça perpassa pelas relações sociais construídas historicamente e ideologicamente como ao logo do texto será apontado.

uma noção de “superioridade” e “inferioridade” inatas com conotação puramente racial. (MOORE, 2012, p. 45)

Outra questão pontuada pelo pesquisador, sobre a “visão raciológica”, foi o comércio árabe e mercado de escravos africanos no oceano Índico, Mar Vermelho e deserto do Saara, antes da conquista da península Ibérica no século VIII.

Em paralelo, numa perspectiva semelhante, mas muitos anos antes, Leon Poliakov (1974) apresentou a tese da origem do “mito ariano”. O autor busca recuperar os primórdios das concepções sobre a superioridade de raça caucasiana, almejando saber como se construiu esse conceito, até a usurpação de termo e do conceito pela Alemanha nazista na Europa.

Entretanto, estudos como o de Thomas E. Skidmore (2012, p. 92), a “escola histórica do racismo” constitui-se em três correntes de pensamento em três momentos que se estabeleceu ao longo do século XIX e conquistou a ciência e muitos adeptos na Europa e Estados Unidos nos anos de 1860.

No primeiro momento, a escola etnológica-biológica de origem norte americana nos anos de 1840 e 1850, sustentar a crença na criação das raças humanas na perspectiva poligênica, ou seja, nas raças humanas tinham diferentes espécies. Para ancorar os estudos nessa concepção os estudiosos criaram a ciência antropologia física que era constituída pela craniológica, medição de crânios, e os estudos fisiológicos para observar as características físicas dos diferentes grupos humanos. E não tardou para que estes estudos estabelecerem ideias sobre a inferioridade. O fenótipo passou a ser utilizado como ferramenta para a atribuição de valores morais, sociais e de civilidade. Um dos importantes adeptos dessa teoria foi Jean Rodolphe Louis Agassiz (1807-1873). O cientista considerava miscigenação a causa de degeneração humana.

O segundo momento, “escola histórica”, tinha como principal expoente Conde de Gobineau. Nesse momento, o enfoque estava na discussão sobre a raça superior. O homem branco, anglo-saxão, com característica ariana e o “culto ao arianismo” (Skidmore, p. 95, 2012), ganhou pleno apoio e força na Alemanha.

O terceiro momento, a “escola do darwinismo social” que estabelecia que a sobrevivência dos mais aptos e os grupos inferiores eram os negros. No processo de colonização, essa ideia foi difundida com muita naturalidade e aceitação, sendo usada para justificativa das atrocidades no período de colonização. Tal perspectiva esteve muito presente na dominação britânica na Índia.

Para a teoria eugenia galtoniana, a evolução se dá no melhoramento do gene, no melhoramento do material genético, na herança genética que será transmitida de pai para filho, para uma qualidade expressiva do gene que implicaria em espécies ou das raças humanas cada vez mais melhoradas.

Segundo Del Cont (2007, p. 116), no Congresso Demográfico 1894, Galton tratou sobre a decadência racial inglesa e da emergência com que o estado deveria promover políticas de controle nas uniões de grupos considerados degenerados e estimular os grupos considerados potencialmente mais qualificados. Tal ideia trazia a tona que, além das características físicas, como cor dos olhos, altura, cor de pele, também seriam transmitidas de pais para filhos as características comportamentais e potencialidades intelectivas, cognitivas e aptidões para diferentes áreas do conhecimento.

Para o cientista eugenista seria necessário um controle reprodutivo, para que os indivíduos degenerados ou sem qualificação (doenças, deficiência, personalidade criminosa, alcoolismo insanidade, prostituição, entre outras) não se reproduzissem e isso levaria a uma sociedade mais sadia. Desse modo, haveria uma melhoria social e racial. Para que isso acontecesse, a regulamentação matrimonial e reprodutiva seria essencial na perspectiva de Galton a intervenção do estado que conduziria medidas e ações para um controle sociais dos espaços. Essa medida seria fundamental para o controle social e intervenção na regulação do matrimônio e da produtividade.

Nessas perspectivas, as ideias sobre melhoramento de raças humanas constituíram um pensamento muito propício para contexto específico na Europa. Costa (p. 55, 2004) aponta que tal perspectiva constituiu e foi produzida no contexto europeu para servir aos interesses desse continente, como, por exemplo, o fortalecimento do nacionalismo, expulsão dos imigrantes e colonização de países. Porém, as ideias eugenistas extrapolou as fronteiras europeias e inglesas oferecendo instrumentos teóricos para a conceituação, para interpretações acerca da raça nos Estados Unidos, no Brasil e em outros lugares. O arcabouço teórico sobre melhoria das raças foi amplamente utilizado para justificar decisões políticas de expansão imperialistas e genocidas.

Essas ideias basearam diversas políticas na perspectiva eugênica em várias partes no mundo na Europa, Estados Unidos, inclusive no Brasil. Essas políticas possibilitaram segregação e esterilização nos EUA e na Alemanha. A educação eugênica visava divulgar, entre a população estadunidense, a ideia de que as condições ambientais ou sociais decorreriam da

manifestação de traços biológicos que os seres humanos transmitiam de geração a geração. (DEL CONT, p.190, 2007).

Os Estados Unidos tornaram-se um verdadeiro laboratório e referência de modelo eugênico na primeira metade do século XX. Realizaram um controle social e matrimonial como: proibições de casamentos entre pessoas consideradas “degeneradas”, anulações uniões e exames pré-nupciais. Na Califórnia (EUA), por exemplo, no começo do século XX já acontecia esterilização forçada, em 1928 já haviam sido castradas quase seis mil pessoas (WEGNER; SOUZA 2013), atingiu 80% da esterilização em 1921, no total, entre 1909 e 1963 foram feitas aproximadamente 20 mil esterilizações compulsórias. A perspectiva eugênica e as políticas de controle também foram adotadas na Alemanha e na França. Entretanto, havia representantes da comissão eugênica em diversos países: Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Colômbia, Cuba, Dinamarca, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Itália, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Suécia (DEL CONT, 2007, p.248).

A superioridade e melhoramento racial estabeleciam uma escala “taxonômica”, indivíduos brancos com ascendência nórdica eram o ápice do objetivo da perfeição da superioridade racial e conseqüentemente a base eram os negros de ascendência africana, indígenas e aborígenes. Desse modo, o primeiro grupo seria estimulado para as práticas matrimoniais e de reprodução, por sua vez o segundo grupo seria desaconselhado ao casamento e a reprodução. Para esses ideólogos, a raça superior consistia em ser ariano.

As ações empreendidas foram nas áreas da saúde pública higienização, medidas profilaxias que estava relacionada à institucionalização. A perspectiva da educação eugênica primava por aspectos norteadores: o controle matrimonial, a educação e procriação que seria mediada pelo estado. A eliminação física foi a última empreitada da ideologia eugenista que se apresentou de maneira esmagadora com a eliminação dos judeus nos campos de concentração no período nazista. Contudo, os alemães já tinham realizado experimentos eugênicos pelo mundo afora.

Trinta anos antes dos judeus serem assassinados na Europa, na Namíbia, dois povos nativos foram alvos de projetos de extermínio na ilha Chark (Documentário BBC, 2012). Essa ação que culminou com a morte de 3 mil e 500 pessoas entre 1904 e 1909 e pode ser vista como uma prévia, sombria, do que viria a acontecer nos campos de concentração do genocídio judeu (Documentário BBC, 2012).

14 de julho de 1933, o Estatuto do Reich parte I, nº 86, instituía a Lei para a Prevenção da Progenie Defeituosa, A “Lei da Esterilização Compulsória”. Foram 56000 esterilizadas em 1934. “1933: Promulgação de uma lei que permitiu a esterilização obrigatória dos esquizofrênicos, dos débeis e outros. Entre 1934 e 1939, foram esterilizadas 350.000 pessoas abrangidas por esta lei; 1935: Promulgação da lei de Nuremberga que proibiu o casamento e os contactos sexuais entre judeus e outros alemães; 1937: Esterilização ilegal de várias centenas de crianças de cor e início de um programa para esterilizar a maioria dos 30.000 ciganos alemães, como fazendo parte de um milhão de pessoas consideradas aptas para a sociedade moderna alemã. A maioria dos ciganos alemães foi assassinada entre 1943 e 1944 em Auschwitz; 1940: Inicia-se o homicídio ilegal de cerca de 70.000 doentes psiquiátricos alemães em câmaras de gás. Termina no Verão de 1941. Mais de 100.000 pacientes morreram de fome e de infecções nos anos seguintes. As enfermarias psiquiátricas são tão más como os campos de concentração; 1941: Planos para esterilizar todas as pessoas com ¼ de ascendência judaica e matar todos os judeus e meios judeus. Inicia-se o homicídio em massa dos judeus. As condições nos campos e nas enfermarias psiquiátricas conduzem ao desmoroamento de toda ética anterior na pesquisa médica.”⁴⁶⁶ (DEL CONT, 2007, p. 271).

O império britânico fez milhões de vítimas nessa mesma perspectiva, os povos nativos, aborígenes, na Tasmânia e na costa sul da Austrália. Entre 1803 e 1820, a colonização britânica levou, praticamente, a extinção os povos nativos. Na Índia 30 milhões de indianos morreram nas décadas de 1870 a 1890 sob o domínio inglês (Documentário BBC, 2012).

O expansionismo era justificado pelo discurso das raças superiores e naturalizado na perspectiva da seleção natural na perspectiva evolução darwinista.

A ciência anatômica e a craniológica acreditava que quanto maior a cabeça maior o cérebro, ou seja, maior a capacidade intelectual e cognitiva, tudo alicerçado no racismo. Para o cientistas Robert Knox “a raça é tudo” (BBC, 2012) acreditava que negros e indígenas não seriam raças inferiores, nem seriam humanos, ou seja, cogitava se de fato raças, que não eram os brancos, eram humanos ou não. Justificativas que ponderavam as políticas de extermínio nas colônias (BBC, 2012).

1.2 CONTEXTO BRASILEIRO

“Quem ama o povo brasileiro deve nos ajudar na campanha em prol da eugenia” Renato Kehl (SOUZA, 2010).

O Brasil galgava um crescimento e expansão urbana e comercial desde 1808, com a vinda da Família Real. A Proclamação da República, em 1889, e Abolição do escravismo, em 1888, promoveram novos ares à elite brasileira. A recente República almejava alcançar o progresso e a modernização. Os ideais republicano e liberal propunham uma nova perspectiva, promovia-se o esquecimento e o soterramento do passado, do antigo regime escravista e monárquico. Tal fato se fazia necessário e urgente para se começar a engendrar esse novo momento.

Dentre os instrumentos utilizados para engendrar este novo momento do Brasil estavam as teorias racialistas. Segundo Skidmore (2012), a elite intelectual brasileira fez uso de todas as teorias racialista, principalmente as francesas na virada do século XIX para o XX. O pesquisador aponta que as elites brasileiras não foram as únicas adotarem o ideário racialista na América Latina, os demais países também fizeram uso de tais teorias. A região como um todo fez uso dessas concepções para estabelecer seus mecanismos de exclusão sócio raciais dos povos negros e indígenas.

Pesquisas atuais (PAIXÃO, 2013) apontam que apesar de haver o mínimo de instrumentos de avaliação e mensuração dos índices de desigualdades sócio raciais nos países hispânicos, constatasse que há uma hierarquização dos grupos indígenas e negros nos diversos países latinos, cada uma a sua maneira, com suas especificidades locais, mas que se manifestam de maneira muito parecida com Brasil.

Desde fins do século XIX até meados do século XX, ocorreram inúmeras políticas visando a construção de uma nação racialmente homogênea no Brasil. Uma das principais medidas foi a política de imigração europeia, esta foi inserida como parte de uma política de branqueamento adotada com maior fôlego no país.

A imigração europeia oportunizou que povos saíssem de seus países de origem, em muitos casos, eram refugiados de situações de guerra, miséria e fome. Contudo, tiveram apoio do governo brasileiro e muitas famílias receberam subsídios para se estabelecer na nova pátria, como propriedade, emprego e moraria.

No Brasil, tivemos um movimento eugenista peculiar, que em muitos momentos esteve articulado à proposta do branqueamento das pessoas, e sob essa perspectiva, a crescente de imigrantes europeus era fator essencial para o sucesso dessa medida. (JANZ JR, 2012, p.4).

A política de imigração trouxe possibilidade para elite brasileira de visualizar novos moldes e rumos para o país: um país branco. Tal medida favoreceu muito para que o quadro de desigualdade racial se estabelecesse.

Para o cientista político Jessé Souza (2012), o aspecto cor nas relações sociais do período escravista remetia a população negra à escravização e servidão. No período da república esse aspecto transformou-se em inaptidão (e a partir da ideologia incrementou-se a inferioridade congênita) para o trabalho. Assim, as trabalhadoras e trabalhadores negros eram substituídos pela mão de obra branca advinda da política de migração europeia. No pós-abolição e na República teoricamente todos teriam direitos iguais, sendo necessário outros arcabouços para a diferenciação social-racial, que foi alcançado pela cientificidade que instituiu a inferioridade do negro e superioridade do branco.

No Brasil, Raymundo Nina Rodrigues (1862-1906) foi dos primeiros pesquisadores a investigar os povos africanos e os seus descendentes. Médico, etnógrafo e mentor da teoria da incapacidade, imputabilidade do negro por conta sua inferioridade intelectual. Para o etnógrafo, o fator de má conduta, delinquência, criminalidade e degeneração moral estavam relacionados às características fenotípicas dos negros, na raça negra. Tal tese, publicada 1894, defendia que “as raças inferiores” não fossem julgadas segundo as mesmas regras das “raças brancas civilidades” (SKIDMORE, 2012, p.104).

Essa perspectiva depreciativa dos povos negros se deve a um histórico complexo, relacionado à escravização dos povos africanos pelo mundo, pois a justificativa para escravização e subjugação no período de colonização, era incivilidade e permissividade dos povos nativos⁶.

Francisco José de Oliveira Viana acreditava na existência, a partir da raça humanas, “três velhas raças continentais: a índia, a negra e a caucásica” (VIANA, 1934, p. 98). Essas eram qualificadas em raças superiores e inferiores, o mestiço seria, segundo tais proposições que se afirmavam científicas, a própria degeneração humana. Viana foi um fervoroso adepto das ideias eugênicas (AGUILAR FILHO, 2011), acreditava que as raças arianas seriam o ápice da evolução humana em todos os sentidos, tanto moral, como intelectual e físico.

Contudo, segundo alguns teóricos, como Conde Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), que relatavam suas impressões sobre o Brasil, afirmavam que seria impossível civilizar por conta miscigenação do povo, das misturas de raças. A miscigenação, dessa forma, causaria uma degeneração. Segundo os pensadores da

⁶ Termo está sendo utilizado para designar negros africanos, aborígenes australianos e indígenas.

época o produto da mistura racial, o mestiço, seria um “ser” infértil, pois pior do que o negro era o “mulato”⁷.

O projeto político de construção de nação brasileira na recém-instituída república consistia em construir o “homem brasileiro” (DAVILA, 2006, p.47), ou seja, um povo e a imagem de povo. Desse homem que deveria representar e simbolizar o Brasil. Uniu-se para elaboração e construção desse projeto engenhoso: políticos, sociólogos, médicos, juristas, literatos, pesquisadores de diversas áreas da ciência, para esses construtores de um novo Brasil, o país deveria ser representado por um homem branco: “[...] o Brasil do futuro, um futuro que era branco e forte” (2006, p.49). Tal projeto tinha como pano de fundo a perspectiva das teorias raciais importadas da Europa e dos Estados Unidos e a política migratória.

Tal fator de reorganização da ordem social e racial da população brasileira possibilitou, na primeira república, que fundamentos eugênicos fossem emergindo junto às políticas sociais.

Foram criadas instituições eugênicas de estudo no Brasil, ligadas diretamente aos eugenistas europeus e estadunidenses, na tentativa de “civilizar” o país. Dentre elas estão a Sociedade Eugênica de São Paulo, encabeçada por Renato Kehl e pelo sociólogo Fernando Azevedo; Liga de Higiene Mental (LBHM), fundada por Gustavo Reidel⁸, Miguel Couto, Juliano Moreira e na presidência de Edgar Roquete Pinto; Serviço de Profixalia Rural e a Liga Pró-saneamento do Brasil, fundadas por Belisário Penna; Sociedade de Neurologia e Psiquiatria do Rio de Janeiro, criada pelo médico Juliano Moreira, e Sociedade Brasileira de Psiquiatria e Medicina Legal.

Se, na Europa, o “pai da eugenia” era Francis Galton, no Brasil e na América Latina o título ficou delegado ao fundador da Sociedade Eugênica Paulista, Renato Kehl⁹, denominação infringida pelo escritor Monteiro Lobato (SOUZA, 2006). O pensador eugenista escreve mais de 20 livros, todos relacionados ao tema e mantinha estreito contato como pensadores eugenista latinos, dentre estes estão o peruano Carlos Henrique de Paz Soldan e o argentino Victor Delfino.

⁷ O termo é considerado pejorativo, tem origem da palavra mula que é resultado do cruzamento de espécies de animais diferentes cavalo e burra ou de égua e jumento.

⁸ Reis (1994) aponta como se constitui a Liga e objetivos da instituição.

⁹ O intelectual nasceu em 22 de agosto de 1889, na cidade de Limeira, São Paulo, e morreu em 14 de agosto de 1974. Estudou farmácia e medicina. Fundou a Sociedade Eugênica de São Paulo juntamente com mais 140 médicos. Biografia. Disponível em: <<http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/renato-ferraz-kehl>>. Acesso em: 30 dez 2015.

O projeto visava difundir as ideias do movimento eugênico nos diversos países latinos. A partir de 1910 esses cientistas sociais começaram campanhas de propagação do pensamento eugenista em várias instituições organizadas no Brasil (inclusive na educação – Primeira Conferência Nacional de educação em 1927 – veremos mais adiante) e nos seguintes países: Argentina, México, Peru, Cuba, Paraguai, Chile, Venezuela e Colômbia, o lema era “Eugenização da América” (SOUZA, 2006).

No ano de 1918 foi fundada a Sociedade Eugênica Argentina. Em 1927 foi organizada a Primeira Conferência Pan-Americana de Eugenia, o foco da discussão desse encontro era criar um código Pan-Americano de Eugenia. O segundo encontro foi realizado em 1934 na Argentina (SOUZA, 2006).

Segundo Souza (2010), entre anos 1910 e 1920, as ideias eugênicas se confundiam com sanitários e para os eugenistas a regeneração racial sempre quando tratada estava associada às frases: limpeza racial, saneamento racial e higiene racial. Aspecto que aponta que o interesse dos eugenistas, sanitaristas e higienistas da época era o melhoramento da raça nacional de fato. Souza (2006) afirma que Kehl, entre os anos de 1917 e 1927, passou a defender medidas eugênicas que foram desde a eugenia positivas que previa aspectos preventivos, até a eugenia negativa que ponderavam medidas eugênicas mais radicais como a esterilização, já com tendências ao racismo científico de fato inspirados nas medidas eugênicas americanas e alemãs.

Em 1929 foi realizado o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia¹⁰ no país. O evento aconteceu entre os dias 01 a 07 de julho. Com a participação médicos, políticos, educadores, jornalistas e intelectuais já reconhecidos na época que apresentaram suas teses sobre os estudos eugênicos Roquette-Pinto, Renato Kehl, Gustavo Riedel, Juliano Moreira, Fróes da Fonseca, Silva Araújo e Azevedo Amaral. E representantes de outros países da América Latina Chile, Peru, Paraguai. Esse encontro foi norteado por várias questões: leis matrimoniais (exames pré-nupciais), questão da raça (regeneração), imigração, higiene mental e as doenças mentais e físicas (doenças venéreas) e alcoolismo.

¹⁰ O ciclo no qual Renato Kehl se relacionou estava Afrânio Peixoto, Miguel Pereira, Belisário Penna, Agostinho de Souza Miguel Couto e Eduardo Rabelo. Suas influências teóricas Lamarch, Darwin, Spencer, Broca, Lapouge, Agassiz, Dechambre, Galton e Weismann (SOUZA, 2006, p. 3).

¹¹ O evento aconteceu na Faculdade de Medicina, na cidade do Rio de Janeiro, na praia Vermelha. (SOUZA, 2010)

Segundo Souza (2010), tal influência eugênica estava presente nas obras de alguns intelectuais como Oliveira Vianna, Alfredo Ellis Jr., Mário de Andrade, Paulo Prado, Monteiro Lobato, Roquette-Pinto e Gilberto Freyre.

Na literatura, as tendências eugênicas foram difundidas principalmente pelos escritores Euclides da Cunha (através do livro “Os sertões” que relata a guerra de Canudos) e Monteiro Lobato. A degeneração era símbolo de pobreza, miséria doença, sujeira, desleixo e falta de educação um conjunto adjetivos que estava reunido no personagem Jeca Tatu (um trabalhador rural) no ensaio de Lobato em 1914. O ensaio sobre Jeca Tatu foi publicado em conjunto pela Sociedade Eugênica de São Paulo e pela Liga Pró-Saneamento (D’AVILA, 2006, p. 59), entre outros livros, como “Problema Vital” sobre saúde pública em 1918, no qual estava uma fábula de nome “A ressurreição de Jeca Tatu” a qual o personagem é curado por um médico e torna-se uma pessoa feliz e saudável (SKIDMORE, 1976, p. 2008).

A frase que serve de epígrafe deste tópico aponta para a perspectiva de uma hereditariedade eugênica que está na obra de José Bento Renato Monteiro Lobato (1882-1948), mais conhecido como Monteiro Lobato. O literato manteve certa simpatia com esta forma de pensar, fato que fica evidente na obra “O presidente negro” (1926). Tal obra é uma ficção, contudo, o escritor materializa seus pensamentos sobre a ideologia que se fazia presente entre os intelectuais da época. Lobato era simpatizante da Organização Norte Americana que tinha como principal ideário a segregação e o ódio racial, era membro da Liga Eugênica de São Paulo. Em carta de Lobato para Renato Kehl, em 1929, o literato dizia:

Nos estados unidos, a eugenia está tão adiantada que já começam a aparecer “filhos eugenicos”. Uma senhora da alta sociedade meses atras ocupou durante varios dias a front page dos jornais mexeriqueiros graças à audácia com que, rompendo ccontra todos os preceitos da ciência e sem em se ligar legalmente a nenhum homem, escolheu um admirável tipo macho, fê-lo estudar sobre todos os aspectos e, achando-o fit para o fim que tinha vista fez-se fecundar por ele. Disso resultou uma menina que está sendo criada numa farm especialmente adaptada para nursery eugênica. (BRAVO, 2011, p. 29).

Outra obra desse autor que denuncia a perspectiva eugênica “O Presidente Negro ou O Choque das Raças”, escrita em 1926 (texto passível de ser considerado como racista), trata de uma sociedade hipotética, denominada Estados Unidos, no ano de 2228. A ficção trata da candidatura de um homem negro à presidência que é derrotado por um homem branco. A causa de sua derrota recai sobre sua condição

racial que está fadada à inferioridade. Ao contrário do seu adversário branco, que tem em seu fenótipo o signo da superioridade. No enredo da obra o autor trata abertamente de várias questões eugênicas: esterilização de negros, miscigenação, racialização e também faz alusão a um ministro da Seleção Artificial em uma perspectiva da eugenia e que realiza pesquisas como mesma perspectiva. O direito de reprodução passou a ser regido pelo Código da Raça, o mais alto monumento da sabedoria humana. Só quem apresentasse a série completa de requisitos que a eugenia impunha — requisitos que assegurassem a perfeita qualidade dos produtos, certificada pelo Ministério da Seleção Artificial (LOBATO, 1979, p.133). Tal fato faz referência aos avanços científicos que seriam desenvolvidos produtos esse que teria o poder de despigmentação, ou seja, clarear a pessoa negra e o produto “raio Ômega”, que teria o poder de esticar e alisar o cabelo do negro (DOMINGUES, 2004, p. 280; LOBATO, 1979). As obras de lobato evidencia o seu posicionamento político, apontando assim a perspectiva de pensamento reacionária e “negrofóbica” (SILVA, 2008) diante de assuntos como: população negra e pobre do Brasil na primeira metade do século XX, seu pensamento influenciou gerações.

Concepções como de Lobato estavam presentes no discurso dos intelectuais e políticos da época, com o objetivo de branqueamento a qualquer custo, como apontou a obra fictícia “O presidente negro”. A elite Brasil projetou imagens idealizadas da brancura e da europeidade da nação durante gerações” (VIANA, 2006, p. 51), ou seja, o pensamento hegemônico desejava que o brasileiro ideal fosse branco, caucásico, ariano. A imagem a ser representada no interior do Brasil e no exterior seria a de um personagem homem, branco e cristão, já que para os estrangeiros visitantes o desenho de país estava no atraso por conta sua composição étnica.

Desse modo, as políticas públicas no pós-abolição com perspectivas liberal influenciaram toda a construção de uma nação a qual não enxergava a população negra e indígena como cidadã. Aliás, transformou-se num empecilho para o desejo da elite de progresso e civilidade. Muitas foram as propostas eugênicas para minorar o grande contingente negro existente no país.

O estudioso e educador Fernando Azevedo cogitou a possibilidade de “extraditar” os negros africanos e seus descendentes de volta para a África (D’AVILA, 2006). Outros teóricos pretendiam realizar esterilização em massa na população negra, como já se praticava em outros países esses e outras medidas foram apontadas para resolução do problema.

Neste cenário, a miscigenação, primeiramente, notada como símbolo da degeneração da raça, tornou-se a solução para a “raça brasileira”. Para alguns pensadores, a miscigenação causaria a degeneraria da raça “branca”, ariana, porém, para João Batista Lacerda (TELLES, 2003, p. 46), era vista com a melhor alternativa para diminuir progressivamente o contingente populacional de negros. Lacerda acreditava que no máximo em um século, em 2012, estaria extinta a população negra do Brasil. Da mesma forma, Artur Neiva (1880-1943) afirmou que “daqui há um século a nação será branca” (SKIDMORE, 1976, p. 212).

Por outro lado, se a degeneração da raça era caos, estava nas mãos da mulher branca garantir a raça superior forte. Era o papel da mulher, nesse caso a branca, representante da feminilidade desejar e fornecer à sociedade filhos fortes, saudáveis e hígidos (GOELLNER, 2008, p. 6).

Na Alemanha nazista, jovens alemãs consideradas eugênicas puras, eram incentivadas a ter filhos eugênicos e recebiam condecorações “cruz de honra para as mães alemãs”. Havia concursos de bebês saudáveis e seleção de crianças mais saudáveis. Numa pequena aldeia na Baviera existia um local, um Lar para mães eugênicas, darem a luz aos seus filhos eugênicos, a sociedade Lebensborn (COHEN, 1998).

Contudo, a contradição se fazia presente, pois alguns teóricos, por influência da genética mendeliana, defendiam a extinção dos grupos considerados indesejáveis, porém, por implicações morais, a maior parte dos eugenistas brasileiros defendia outra perspectiva genética, a de Chevalier de Lamark (D’AVILA, 2006; TELLES, 2003) e partiam da ideia da miscigenação como solução.

Segue o quadro que aponta algumas perspectivas da tendência do racismo científico nas concepções e políticas brasileiras que permeou o imaginário sócio racial da elite brasileira.

QUADRO 3- TENDÊNCIAS DO RACISMO CIENTÍFICO

TENDÊNCIAS		
SÉCULO XIX: três escolas da teoria racista		
Escola Etnológico-biológico: Pretendia sustentar a criação das raças humanas (poligenia)	Escola Histórica: raça branca superior a todas as outras	Escola Darwinsimo Social: Sobrevivência dos mais aptos – histórico-evolutivo das raças superiores - descreve o negro com incipiente

1870 a 1914 Influência de Etnógrafos e antropólogos franceses e alemães Diferenças raciais inatas e “degenerescência mulata”			
1920 a 1940 Políticas e reformas na educação e na saúde			
1964 a 1985 Regime militar – conceito de democracia racial como ápice e dogma			
1967 a 1974 Ideologia racial se afirma e aceita amplamente			
Período	Estudos	Conceito	Autores
1860	Teorias racistas com status de ciência, Estados Unidos e Europa	Hierarquização – raças superiores e inferiores	Louis Agassiz Gobineau
1888 – Abolição	Construção de nação estratégias	Raça	Outros autores, como Oliveira Viana
Anos 1920	Difusão da eugenia no Brasil Estudos sobre miscigenação aspecto negativo e degeneração racial/ teorias eugênicas sobre raça	Raça/ degeneração Imigração europeia (desde 1890) / perspectiva de branqueamento/ políticas educacionais e de saúde	Renato Kehl Monteiro Lobato entre outros pesquisadores “Jeca Tatu”
Anos 1930	Miscigenação aspecto positivo	Cultura	Gilberto Freire
Ano 1940	Recenseamento brasileiro	Emprego da categoria pardo (branco, pardo, amarelo e preto)	“Casa Grande Senzala”
Anos 1950	Democracia racial	Exaltação país mestiço	

Fonte: Síntese e elaboração da autora, baseado em SKIMORE (1976); MUNANGA (2004); D’AVILLA (2006); TELLES (2003).

Embora as divergências ideológicas entre intelectuais, sobre qual seria a melhor alternativa para civilizar a nação, a época foi caracterizada por perspectivas, por vezes, dissonantes. Pode se dizer que o “racismo à brasileira¹²” (TELLES, 2003) convergiu em um aspecto, pós-teoria freiriana, que a miscigenação era a melhor saída para um país multiétnico como o Brasil.

¹² Termo é o título do livro de Edward Telles (2003).

Segundo Skidmore (1976, p. 229), o conceito do mito da democracia racial atingiu o clímax em 1951, quando governo brasileiro publicou um folheto e o Ministério das Relações Exteriores editou em inglês exaltando as virtudes do tipo brasileiro de relações raciais em comparação com Estados Unidos com introdução de Gilberto Freire.

Foi Getúlio Vargas que proibiu qualquer menção que remetesse a uma divisão sócio racial da população e as concepções eugênicas. Embora nessa época também houvesse programas como criança saudável que tem relação direta com a perspectiva dos bebês e crianças “bem-nascidos”¹³ e com características eugênicas.

Em meio a esses processos político de construção de nação e política branqueamento, o Sul do Brasil, segundo a lógica científica da época, foi a região mais apropriada para europeus se estabelecerem, devido ao clima (tempo) semelhante ao europeu, clima temperado, isso iria favorecer a adaptação dos diferentes grupos que vieram para o Brasil. Assim, na sequência desenvolveremos a discussão sobre nação esteve presente no contexto paranaense no início do século XX buscando compreender este estado no contexto brasileiro e nos debates de eugenia e relações raciais.

1.3 CONTEXTO NO PARANÁ

Nas primeiras décadas do século XX, no Paraná, emergia o movimento denominado Paranismo¹⁴ que foi uma mobilização de intelectuais paranaenses com perspectiva regionalista. Seu objetivo maior era a criação de uma identidade paranaense, uma identidade que conciliasse uma tradição – prontamente criada pelo movimento – com os ideais de nação moderna, do progresso, do liberalismo e do republicanismo. Tal postura conectava-se a aquilo que estava acontecendo nacionalmente. Segundo Alessandro Batistella (2012), o movimento iniciou logo na emancipação política do Estado 1853 e tornou-se popular nas décadas de 1920. Como ápice desse fenômeno, em 1927 foi criado o Centro Paranista ou Associação dos amigos do Paraná e teve como principal mentor Romário Martins.

¹³ Segundo DEL CONT, o próprio termo eugenia em grego significa “bem nascido” (2007, p. 91)

¹⁴ Segundo Rosi Terezinha Ferrarini Gevaerd esse movimento teve seu auge em 1920 (2009, p. 16).

Segundo Rosi Gevaerd (2009), a história do Paraná, com o formato disciplinar escolarizante, começou a ser construída nos anos finais do século XIX e, desse modo, foi se construindo uma identidade paranaense. Em 1899 foi produzida e publicada uma das primeiras obras sobre a História do Estado por Romário Martins¹⁵ e a segunda obra foi produzida por Sebastião Paraná em 1909¹⁶. Ambas apresentavam e tratavam da historiográfica e a segunda obra de Paraná trouxe também elementos da geografia. Tais obras retratam uma ideia sobre a região, com ênfase nas riquezas naturais do estado, a flora, as araucárias, os rios, algo que remetia as disputas territoriais do estado paranaense com Santa Catarina. Em outras obras, Romário Martins reconhece a importante participação dos povos indígenas, em especial os povos Kaingang, na composição dos habitantes do Estado, porém na historiografia paranaense nega a existência da população negra. (IURKIV, 2002).

Contudo, o progresso, civilização e modernidade do estado para o movimento paranista estavam respaldadas na condição étnica do Paraná. Civilizar no Paraná, assim como em todo o país, era estar em “pé de igualde com a Europa” (LAROCCA, 2009, p. 29). Inclusive na conjuntura étnica. Os intelectuais do movimento ressaltavam a europeidade paranaense, o elemento branco, o homem europeu, mas não o ibérico, português (IURKIV, 2002), mas sim os povos de origem os alemães, italianos, ucranianos e poloneses¹⁷ (“polacos”).

Romário Martins era simpatizante das ideias que permeavam o cenário político e ideológico nacional. Segundo Iurki, (2002) o historiador era adepto da eugenia e branqueamento. Sua ideia sobre o negro passava pela perspectiva da eliminação desses pelo branqueamento, pela miscigenação.

Assim como Romário Martins, Sebastião Paraná também manifestava em seus textos uma perspectiva progressista a partir do branqueamento e via na imigração europeia um futuro glorioso, a salvação para a nação. Para o estudioso, a geografia, a

¹⁵ Romário Martins com a obra História do Paraná (1899) a primeira edição continha 250 aproximadamente e na segunda edição em 1937 aproximadamente 500 páginas. Alfredo Romário Martins (1874- 1948) filho da elite local, era membros de família tradicional seus ascendentes eram médico cirurgião e comendador. Foi historiador, jornalista, poeta e fundador do movimento paranismo. (GEVAERD, Rosi T. F. 2009); IURKI, 2002.

¹⁶ Sebastião Paraná como obra O Brasil e o Paraná (1903) foi um manual didático que teve 22 edições entre 1903 e 1941. Paraná foi inspetor de ensino na Capital paranaense Curitiba de 1900 até 1908 (BERTOLINI, 2002); (GEVAERD, Rosi T. F. 2009).

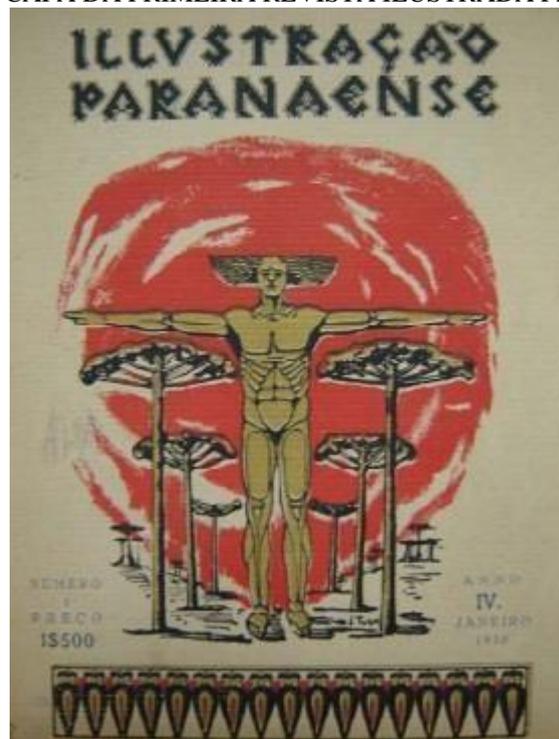
¹⁷ A “etnia” polonesa, na época, na hierarquia das raças superiores é a “raça” inferior, sendo a “etnias” alemão a superior quando se tratava taxonomia social dos grupos sociais racializado.

topografia e clima, todos os elementos naturais físicos ofereciam as condições necessárias e ideais para imigração europeia.

Para Romário Martins o homem paranaense estaria calcado em três premissas básicas que estavam impressas na seguinte frase: “fez um filho, plantou uma árvore e escreveu um livro”. (IURKIV, 2002, p. 131). Essa frase apresenta, de forma simbólica, o pensamento do historiador e aponta a perspectiva patriarcal, a importância da descendência e racionalidade das elites intelectuais. Segundo Iurkiv (2002), “plantou uma árvore” reproduzia o pensamento do ideário do movimento paranismo sobre a flora da região as araucárias e também sobre a sexualidade.

Os paranistas Romário Martins, Sebastião Paraná, Nestor Victor, Emiliano Pernetá tinham como ideal e referência de homem paranaense a figura ilustrada a baixo.

FIGURA 1 - CAPA DA PRIMEIRA REVISTA ILUSTRADA PARANAENSE



Fonte: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/1874/1044>

A imagem aponta para uma perspectiva dos símbolos que identificam o Estado paranaense: as araucárias. Um homem ao centro desbravador e altivo em meio as araucárias. A imagem sinalizava, desse modo, o imaginário sócio racial que possivelmente os paranistas desejavam disseminar.

A inculcação de ideologia dominante era nutrida pelas elites intelectuais, o que possibilitou a construção da história paranaense com o véu da cientificidade e

influência direta na política do Estado. Segundo Schena (2013), a história do Brasil esteve, por longos anos, a serviço dos grupos políticos, pois servia para reforçar e instruir uma memória idealizada e romantizada sobre o povo, visando que os discursos fossem reproduzidos através dos tempos e das culturas. Esse apontamento se traduz na história paranaense.

Rosi Gevaerd (2009) relata que as obras Romário Martins e de Sebastião Paraná sobre a história do estado tiveram importante relevância na política estatal com relação à educação e foram utilizadas como manuais pelas escolas públicas e referência no trato das políticas públicas até os anos 1950.

A região Sul se autoconsidera e se autoproclama uma região muito próspera e de fato é, em alguma medida. Possui uma economia importante, seu IDAH de 2010 é 0,749¹⁸, pode ser comparado aos países ricos, tem baixa taxa de mortalidade e alta taxa de expectativa de vida, ao contrário do “primo pobre” o norte e nordeste brasileiro que acarreta os piores índices de pobreza. Impregnada de um capital cultural e simbólico de origem europeia onde há pequenos clãs culturais que preservam a linguais, crenças e mitos advindos de seus povos vindo da Europa.

Curitiba, no estado do Paraná, é a cidade do Sul considerada a capital mais europeia da região. Em palavras de Romário Martins:

“O Paraná goza de excelente reputação quando a seu clima. Este conceito é justo [...] clima é conjunto de modificações impressas à vida sob a influencia dos ares, das agoas e dos logares. Assim também já o definia Hippocrates. Nessas condições Curityba. Cidade de planalto, colocada a 900 metros de altitude media, póde ser considerada cmo uma cidade refugio [...] a mais amena temperatura do paiz: - do Sul da Europa em terras brasileiras”. (AVE-LALLEMANT, R 1980, p. 272. *apud* LARocca, 2009, p. 33)

A cidade era considerada um potencial “berço civilizatório”, por conta do clima e população em sua maioria branca, pelos intelectuais paranaenses. O conceito de exaltação do Paraná e da capital emergiu na vigência dos governos de Jaime Lerner que foi prefeito da cidade nos anos (1971-1975/ 1979-1982/ 1989-1992) e governador do estado (1995-1998 e 1999-2002) (FERREIRA. 2010). Lerner é arquiteto, engenheiro e urbanista, criou o desenho da capital europeia e capital ecológica.

Dentro desse contexto, a educação também se constituiu como um lócus privilegiado para ensinar a civilidade, numa perspectiva eurocentrada dessa elite

¹⁸ Ver em Índice de desenvolvimento humano no ano de 2010. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=2>. Acesso em: 30 dez 2015.

intelectualizada paranaense que propunha os ideais paranista (e/ou da ideologia da “mais capital europeia do Sul”) construindo a historiografia e a geografia o estado. No momento seguinte a educação será mais bem ponderada no que se refere ao contexto da época no Brasil e no Estado do Paraná.

2 - EDUCAÇÃO

Nas primeiras décadas do século XX as ideias eugênicas faziam parte do pensamento brasileiro. Tais premissas marcavam, sobretudo, o campo da saúde e da educação, justamente em um período em que eram assuntos de um único ministério. Segundo D'ávila (2006; in HOCHMAN, 1996), o período entre 1910 e 1920 a preocupação era voltada à saúde pública, de 1920 a 1930 com a educação.

Para uma melhor compreensão desse panorama sócio histórico traçamos um paralelo no histórico sobre as áreas de educação e saúde. Foram instituídas em 1930 em um único ministério e somente em 1953 tornaram-se áreas autônomas nas instâncias do governo federal.

QUADRO 4 - PARALELOS ENTRE EDUCAÇÃO E SAÚDE

Educação	Saúde
1890: Secretaria de Estado dos negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos	Fundação Rockefeller desde de 1910 atuava durante a década de 30 no Serviço de Febre Amarela, por meio de contratos com o governo brasileiro, sob o comando de Fred Soper e Sérvulo Lima
1891: a educação estava a cargo do Ministério da Justiça e dos Negócios do Interior	
1930: o Ministério da Educação e Saúde Pública no governo de Getúlio Vargas	1919: Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) e herdado da República Velha (HOCHMAN, 1998) e 1920.
1932: o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de autoria de Fernando Azevedo e Anísio Teixeira e assinada por 26 intelectuais e professores	Criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) ainda em novembro de 1930
1934: Nova Constituição Federal concepção de educação como direito de todos	Posse de Gustavo Capanema Filho em 26 de julho de 1934 permanecendo até 1945, anteriormente estiveram no cargo Francisco Campos, Belisário Penna e Washington Pires.
1934 – 1937: Gestão de Capanema que instituiu reforma no ensino secundário e universitário	
1953: Ministério da Educação e Cultura (MEC) e área da saúde passou a ser um único Ministério	Reforma em 1937 (Lei n. 378, 13/01/ 1937) na administração feitas por Capanema o Ministério da Educação e saúde (MES) primeira reforma. Instituiu as Delegacias Federais de Saúde e Conferencias Nacionais de Saúde (CNS).
1960: primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - - 1948 – 1961 discussão sobre a constituição da LDB.	CNS surgiu na perspectiva de substituir os Congressos de Sociedade Brasileira de Higiene que teve cinco edições até 1930.
1962: Salário-educação	1930 Foi criada a Divisão de Amparo à Maternidade e a Infância.
1968: Reforma Universitário	Departamento Nacional de Saúde (DNS) em

1971: nova LDB	1937, no cargo João de Barros Barreto, medico.
1985: Criação do Ministério da Cultura	Em 1940 houve a I Conferência Nacional de Saúde.
1992: Ministério da educação e do Desporto	Em 1940 Departamento Nacional da Criança, desvinculado do DNS
1995: Somente Ministério da Educação	Nos anos 40 parceira do governo Federal como a fundação Rockefeller para a fabricação de vacina
1996: Nova LDB e criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef)	1941 Segunda reforma a criação do Serviços Nacionais que ficou encarregada de promover campanhas de combate a doenças e endemias
2006: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) substituindo o Fundef.	Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) criado em 1942
2007: Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)	Criação do Ministério da Saúde em 1953 até final de 1980

Fonte: Ministério da Educação e Ministério da Saúde (HOCHMAN, 1998; VEIGA, 2007).

As delegacias de saúde eram extensões do Ministério de saúde e funcionavam em oito regiões que abrangiam todos os estados do país com sedes administrativas: Rio de Janeiro, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte. Tais delegacias mantinham ligação com o serviço sanitário dos estados (HOCHMAN, 1998).

Nos primeiros anos de República a ânsia em proporcionar progresso ao país pelas elites políticas e intelectuais era enorme. Foi um momento de produção e instituição de órgãos responsáveis por criar políticas públicas, reformas em todas as instâncias da sociedade. No Rio de Janeiro, por exemplo, a Reforma Sanitária aconteceu já na primeira década do século XX, a reforma urbana na cidade e a vacinação obrigatória, Revolta da vacina, em 1904, para sanear a cidade. Em 1897 foi criado o Diretório de Saúde Pública (DGSP) sob comando de Oswaldo Cruz que perdurou até 1920 quando foi instituído o Departamento Nacional de Saúde Pública, na direção de Carlos Chagas (PAIVA, 2005, p. 206).

Em São Paulo, ocorreu a reforma na urbanização focando no bairro que, em seu nome, remete a ideia de higiene: Higienópolis, especialmente para evitar que os trabalhadores circulassem pelo local. (AGUILLAR FILHO, p. 20, 2011). Na cidade de Curitiba também houve reformas sob comando do engenheiro Pereira Passo e, em 1912, foi considerada pelo prefeito João Antônio Xavier como uma cidade já remodelada. (LAROCCA, 2009)

Entretanto, nessa perspectiva sanitaria, a educação constituiu o primeiro passo para começar a estabelecer as medidas e ideias eugênicas de higienização, moralização, civilidade e saneamento, pois se considerava que às crianças seria possível moldar e modelar. Desse modo a educação tornou-se agenda prioritária das políticas públicas nas décadas subsequentes em todo o Brasil, mediado por esse projeto de nação. O lema era educação, saúde e trabalho.

Entre os anos 20 e 30 foram instituídas políticas reformistas na educação denominada Escola Nova (Escola Ativa ou progressista), essa combatia aspectos tradicionalista na educação do modelo cristão como a metodologia das escolas jesuíticas, defendia uma educação escolar gratuita, obrigatória e laica, mesmo com grandes embates em torno dessas questões. Contudo, o aspecto talvez de maior conflito fosse o da laicidade. Católicos, defendiam a educação religiosa na escola para garantir a educação moral da nação, acusavam os reformadores de comunistas (DAVILA, 2006).

No entanto, as reformas mesmo que de forma localizada nas diversas regiões do país atingiram toda a educação, pois a interligação entre os intelectuais era constante e sistemática. As “caravanas” para o Rio de Janeiro e São Paulo, que na época eram o polo da intelectualidade brasileira, eram constantes, pois as reformas nesses estados serviam como exemplos para as outras regiões. O estado do Paraná, por exemplo, recebeu e enviou inspetores de educação para esses polos reformadores para realizar estudos *a priori* e averiguações.

Foi a empreitada da intelectualidade para transformar a educação. As reformas, sobretudo, aconteceram na formação de professores do ensino primário nas Escolas Normais. Eram instituições de educação para formação de professores e professoras. Instituídas como o *Decreto n. 10, 10 abril de 1835*, de autoria de Joaquim Jose Rodrigues Torres¹⁹. A primeira Escola então foi fundada na Província do Rio de Janeiro em 1835, o método de ensino era o Lancarteriano. Segundo Wojciench Andrzej Kulesza (2012, p. 6) “Escolas Normais¹⁹ foram, desde 1870 até meados da década de

¹⁹ Presidente da Província do Rio de Janeiro, “Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Lei seguinte. Artigo 1º. Haverá na Capital da Província do Rio de Janeiro huma Escola Normal para nella se habilitarem as pessoas, que se destinarem ao magistério de instrução primária, e os Professores actualmente existentes, que não tiverem adquirido a necessária instrução nas Escolas de Ensino na conformidade da Lei de quinze de Outubro de mil oitocentos e vinte sete, Artigo quinto.” Fonte: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/99970/1835_10_abril_Ato_n%C2%BA10_Cria_Escola_Normal.pdf?sequence=1

30, o campo de experimentação e difusão por excelência da renovação educacional no Brasil”²⁰.

A intelectualidade da época e grande parte dos reformistas da Escola Nova frequentaram os bancos acadêmicos das instituições, Escolas Normais ou então foram professores dessas instituições. Segue um quadro com os principais reformistas da escola nova.

QUADRO 5 - REFORMADORES DA ESCOLA NOVA

Reformadores da Escola	Influências teóricas e formação	Cidades de atuação	Reformas
Lourenço Filho (1897-1970)	<p>Psicologia experimental</p> <p>Influência de Edouard Claparède</p> <p>Testes ABC – testes de aptidão cognitivas.</p> <p>Trabalhou no laboratório de psicologia Experimental da Escola Normal da Praça</p> <p>Obra: Infância Retardatária: ensaios de Ortofrenia</p>	Ceará 1923	- Cursos de capacitação para professores; alterou o currículo da escola Normal para cumprir a agenda higienista e psicologia Experimental
Fernando de Azevedo (1894-1974)	<p>Influência de Émile Durkheim</p> <p>Sociólogo</p> <p>Questão moralizadora e conservadora de Influência católica</p>	Rio de Janeiro – 1927-1930	- Escola adaptada ao meio rural, urbano ou litorâneo (juntamente com Teixeira); estágio pedagógico obrigatório e criação de uma escola profissional de educação física (GREIVE, 2007)

Antonio Sampaio Dória – (1883-1964)	Jurista, Pedagogo e professor Nacionalismo anarquismo influenciado pela psicologia experimental “educação esta para educação assim como miscigenação para branqueamento”	São Paulo 1920	- Combate ao analfabetismo; método indutivo intuitivoanalítico (método que desenvolver a perspectiva de pensar e raciocinar) - Redução da escola primaria gratuita de quatro para dois anos
Anísio Teixeira –	Influenciado pela Jonh Dewey	Bahia 1925	- Novos mobiliários, incluiu as disciplinas desenho, geografia e trabalhos manuais conceito educação integral (educação moral, cívica e moral)
Carneiro Leão	Implantou curso de sociologia Seus estudos tinham relação com Educação Física, eugenista – publicou um documentário “Pela grande raça em 1924	- em Pernambuco 1928	- Introduziu a disciplina de sociologia nas escolas normais de Pernambuco - Foi um dos primeiros divulgadores da educação nova e escola ativa
Francisco Luís da Silva Campos (1891 -1968) Jurista, político E Mario Casasanta (1898-1963) Farmacêutico e professor	Antiliberalismo Influencia Jean Jacques e Rousseau norte (direto) Filosofia pedagogia américa	Minas Gerais 1927 em	- Criou a Escola de Aperfeiçoamento, curso de pós-graduação para os professores e os leva para universidade de Chicago - Trouxe professores estrangeiros para ensinamento dos métodos da Escola Nova
Lysímaco Ferreira da Costa (1883 1941)	Escola militar e anticlerical	Paraná em 1923	- Empreendimento na Escola Normal Secundária de Curitiba, fundou o curso superior de ciências e letras – preocupação com a formação de professores

DAVILA, 2006; BRAGATO JR, 2007; ABREU, 20007

As reformas foram realizadas em vários estados do país no período da década de 1920. Anísio Teixeira foi do Instituto de Pesquisa Educacionais (IPE) que, segundo D`avilla (2006), seria responsável pelos estudos e pesquisas em educação na sociologia, eugenia e psicologia nos departamentos de Teste e Medidas, radio e cinema

educativos, ortofrenia, Higiene Mental e antropometria. Já o reformador Carneiro Leão criou a Administração Técnica Escolar na perspectiva de cuidar da saúde, auxiliar e a aprimoramento a raça.

Muitos desses educadores reformistas fizeram parte do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” de 1932. Contudo, alguns reformistas não fizeram parte do Manifesto por questões ideológicas e concepções religiosas. Dentre eles está o reformista Lysimaco Ferreira da Costa. Os que assinaram o Manifesto dos Pioneiros: Fernando de Azevedo, Afranio Peixoto, A. de Sampaio Doria, Anísio Spinola Teixeira, M. Bergstrom, Lourenço Filho, Roquette Pinto, J. G. Frota Pessôa, Julio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mario Casassanta, C. Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Jr., J. P. Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima, Attilio Vivacqua, Francisco Venancio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meirelles, Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Alvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nobrega da Cunha, Paschoal Lemme e Raul Gomes (VIDAL, 2013).

O manifesto que propunha uma nova educação redigida por Fernando de Azevedo e assinada por 24 educadores e teve como meta a nova constituinte de 1933, encontrando aqui uma oportunidade para que suas reivindicações fossem apresentadas e colocadas em pauta no que tange a educação nacional.

Esse movimento anunciou as mudanças que o país e os governos enquanto instituições teriam que realizar para estruturar a educação no que norteia para a formação dos cidadãos, dos profissionais para indústria (numa industrialização ainda emergente, mas havia essa preocupação para os Pioneiros) e a educação com mote para o caos que era a saúde na época. Os apontamentos feitos estavam na perspectiva da educação como uma toda: a educação básica, educação profissional e ensino superior. Para D`avila (2000), o Manifesto dos Pioneiros foi o nascedouro das bases de uma educação nacional e da lei que rege toda a estrutura educação brasileira, a LDB.

Os pioneiros viam na educação e na escola, naquele momento, a mudança, o passaporte para a civilidade (termo citado muitas vezes no Manifesto), progresso e crescimento econômico. Contudo, do ponto de vista social, havia uma preocupação constante sobre composição racial do país que causava um descontentamento, mas trazia um alento na expectativa a partir da imigração europeia.

A nossa evolução processada sobre uma base étnica heterogênea, constituída de três taças que se distribuem em proporções desiguais, recebeu um impulso maior, nos estados do Sul, pela invasão lenta, progressivamente

penetrante e inevitável de quase todas as raças. Mas, posta à parte a velha doutrina antropológica que fazia da raça o principal fator de civilização, esse alargamento quantitativo dos círculos sociais pelas correntes imigratórias havia de trazer forçosamente, como trouxe, a mudança progressiva das formas sociais. (AZEVEDO, 2010, p. 16).

A escola nesse momento se punha, para a intelectualidade, como elemento fundamental na difusão de determinadas perspectivas do que deveria ser a nação, progresso e modernidade.

A educação, tendo a escola como o espaço material, era um local para civilizar, moralizar, sanear, higienizar, ensinar valores patrióticos e nacionalistas para a população, principalmente por conta da imigração europeia, e era preocupação da elite, demonstrado pelo movimento paranista no sul do país.

As reformas na educação advinda dessa perspectiva da “Escola Nova” estavam em consonância direta com esse contexto sanitarista e higienista. Ao mesmo tempo em que existia uma política que dizia “vamos civilizar o povo” e para isso tem-se que ir para escola pública: a popularização da escola pública, para aprender higiene (higiene escolar), ler e escrever. Por outro lado, teve também um afastamento e marginalização das populações pobres e negras.

Não é por acaso que um dos principais reformistas da educação, da escola nova e membro do Manifesto era muito favorável e alinhado as discussões na perspectiva eugênica.

A imigração é um fato que em certa medida colocava em risco os valores de construção de nação, já que possibilitou que os grupos trouxessem em suas malas sua cultura, língua e vivessem em colônias, conglomerados familiares e espaços restritos apenas a esses grupos. Diferentemente dos africanos que nem podiam constituir famílias na época da escravização e tinham que passar pela árvore do esquecimento ainda na África antes de serem traficados. Na região Sul, até o dia de hoje, existem as colônias alemãs, italianas, polonesas e ucranianas que cultivam suas heranças. Em algumas regiões e colônias as pessoas mais idosas ainda têm dificuldades de falar e pronunciar o português e continuam a falar as suas línguas de origem de forma arcaica.

Em 1927, na cidade Curitiba, foi realizada a Primeira Conferência Nacional de Educação, a instituição que promoveu o evento foi a Associação Brasileira de Educação (ABE) (SCHIMIT, 1994; SOUZA, 2006). Foram apresentadas 112 teses dentre essas 22 eram sobre aspectos higienistas (LAROCCA, 2009).

Conferência Nacional de Educação da ABE, encontra-se um projeto para a construção do mundo do trabalho, da escola e do lar. Segundo jornais da época, a sua leitura foi muito aplaudida, suscitando entrevistas e matérias em vários periódicos. O texto registra propostas de controle social através das normas sanitárias. (SANTOS, 2012, p. 60)

A tese número 78 defendida por um paranaense, professor Nicolau Meira de Angelis da Escola Normal Primária de Ponta Grossa, era sobre raça, intitulada “Pela perfeição da raça brasileira”. A de número 73 era a tese sobre “Formação do caráter do povo brasileiro”, da professora Lucia V. Dechandt também da Escola Primária de Ponta Grossa (ABREU JUNIOR; CARVALHO, 2012).

Nesse encontro foram discutidas questões sobre a educação no geral, infância e educação eugênica por Renato Kehl que esteve presente para a sua campanha pro eugenia. A questão de principal interesse para o eugenista foi a educação e orientação sexual que evitaria males a saúde reprodutiva da nação, evitando a promiscuidade sexual que geraria filhos não hígidos. Para Kehl seria indispensável que pais, médicos, educadores disciplinassem as crianças para um bom comportamento (SOUZA, 2006).

No começo do século XX a taxa de analfabetos de todas as idades no Paraná era de mais de 71% (FERREIRA, 2013, p. 114), no Brasil era mais de 75% (VEIGA, 2007, p. 253). Em 1920, estima-se que o percentual fosse ainda maior no âmbito nacional, com idade entre 7 e 14 anos era de 74%. Desse modo, o projeto educacional era pautado na visão da elite política e intelectual que estava conectada tanto no Paraná quando em outras regiões ao projeto nacional.

Segundo Costa (2014, p. 89), o país era um “arquipélago de letrados em um oceano de iletrados e semiletrados”. Assim, caracterizava-se o Brasil na travessia de um século para outro, sendo o início do século XX vislumbrado pelos intelectuais como o momento de pontuar e firmar posições políticas (e ideológicas), como os estudos tem demonstrado (COSTA, 2014; SOUZA, 2006).

2.1 LEGISLAÇÃO

As leis, comumente se formam em meio a embates de diferentes visões de mundo, ideologias. Nos documentos foram encontrados termos que podem denunciar uma educação baseada dos princípios eugenistas. Contudo, se analisarmos as leis entendendo que essas são constructo que sobrepõe intencionalidade e subjetividades de diferentes grupos e sem uma base contextualizar podemos não enxergar tais meandros das ideologias, como veremos na análise baseado em Thompson.

Entretanto, ao analisar em minúcias as legislações do império e pré-abolição, notamos que leis de cerceamentos contundentes com o medo da entrada da população negra e sua integração na sociedade

Ainda que houvesse muitas “burlas”, como compra de alforrias de negros libertos para libertar um escravizado, as mulheres negras tiveram um papel importante nesse processo, pois cada província, em certa medida, determinava suas próprias normativas. Pesquisadores afirmam que em muitas regiões do Brasil já havia muitos libertos quando houve a abolição (MOURA, 2004).

No entanto, cerceamento, institucional se fazia presente. Negros libertos, por exemplo, eram considerados livres, mas não usufruíam dos mesmos direitos de um branco (MOURA, 2004, p. 242). Houve lei que proibia o acesso à propriedade da terra e ao voto. No caso do voto a situação era mais complexa: os negros nascidos livres, em teoria eram eleitores e elegíveis, por sua vez os libertos só poderiam ser votantes – não elegíveis. No Império, até 1881, as eleições aconteciam em dois graus compreendendo a figura do votante e do eleitor. (COSTA, 2013).

A lei Rio Branco nº 2040, de 28 de setembro de 1871, mais conhecida como Lei do Ventre Livre, instituía que crianças filhas de escravas estariam livres a partir da data. E a Lei do Sexagenário nº 3270 setembro de 1885, ou Lei Saraiva - Cotegipe, estabelecia que escravizados com mais de 60 anos estaria livre. Tais normativas foram “conquistas” dos movimentos abolicionistas e pressões externas da época.

Contudo, pesquisadores afirmam que essas leis foram mecanismo de exclusão e são consideradas a gênese das casas lares para idosos, orfanatos e instituições de correção de crianças e jovens, como as FEBEMs (BERTULIO, 2007, p. 62) A estimativa de vida de um escravizado não passava de dez anos por conta das condições de vida extrema, trabalho exaustivo, má alimentação e castigos severos (MOURA, 2004).

A lei que aboliu a escravização decretou a liberdade aos cativos, mas não criou instituições políticas de integração social aos ex-escravizados na nação que, um ano após a abolição, proclamou a independência. O estado enquanto instituição normalizadora não possibilitou integrar o negro. As leis decretadas desde o império até a república velha não possibilitaram que cidadãos negros se estabilizassem ou conseguissem se inserir de maneira mais vantajosa no contexto sócio cultural e econômico do país.

Um dos principais caminhos de acesso à cidadania, o trabalho, a educação, foi historicamente negada a população negra. Em 5 de dezembro de 1824 em lei complementar nº 382, proibia a população negra, cativos, e doentes, leprosos, que tivessem a acesso à educação. Na república velha, momento em que poderia ter havido a integração social do negro foi erguido as barreiras invisíveis de cor, ou “porta de vidro”²⁰.

No início do século XIX foi promulgada a lei que autorizava que cada província legislasse sobre a educação, instrução primária e secundária, com a Lei Nº 16, de 12 de agosto de 1834, no artigo 10º, parágrafo II (FERREIRA, ANO). Tal fato possibilitou abertura para que as províncias elaborassem leis que limitavam o acesso dos diferentes grupos. Como foi da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, que teve a Lei nº 14 de 22 de dezembro de 1837 (SANTANA, 2005, p. 22; VEIGA, 2009, p. 149) “*Da instrução primária das escolas – Capítulo I - Das escolas de instrução primária*”, que instituiu a proibição de a população negra de frequentar as instituições públicas de ensino. Segue o trecho do documento que expressão “(...) *Art. 3o – São proibidos de freqüentar as Escolas Públicas: (...) § 2o – Os escravos, e pretos ainda que sejam livres, ou libertos*”. No Estado do Rio Grande do Sul existiu uma lei segregacionista.

Legalmente somente a partir de 1889 com o Decreto nº 6 de 23 e dezembro que cria impostos “taxa escolar” e do Decreto de 1890 nº 31 de 29 de janeiro com a “Regulamentação a instrução pública no Estado do Paraná”, a educação paranaense passa a ter uma legislação educacional, mas é a partir da década de 1920 é que a legislação educacional no Estado toma densidade. Contudo, as discussões sobre a necessidade da gratuidade, obrigatoriedade e laicidade perduraram até momento das reformas educacionais.

No estudo da documentação que normativa a educação no Paraná, vigente na época, “*Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretario Geral de Estado pelo Professor Cesar Prietro Martinez, inspector Geral do ensino*” de 1921, não se encontrou preterimento entre os grupos étnico-raciais distintos explicitamente, no que se refere ao direto à educação. Contudo, dentro do contexto da época, finais do século XIX e início do século XX, encontrou-se medidas, ações que manifestam o desejo de

²⁰ Termo utilizado por Edith Piza, uma pesquisadora branca que discute branquitude. A tese da autora é que a “porta de vidro” impede que as pessoas brancas enxerguem os privilégios e as vantagens que o fato de ser branco em uma sociedade racista traz. Impossibilitando e invisibilidade as relações hierárquicas existem na relação branco/negro e negro/branco.

progresso regional (Paraná), conectado ao interesse nacional da elite intelectual, científica e política em sanear, higienizar o país baseado nas ideias eugênicas.

O que se pode observar no Relatório do inspetor de geral Martinez, é a preocupação com os europeus que não estavam se integrando a população, pois se fecharam em colônias e não se assimilaram nesse primeiro momento, aspecto preocupante, já que o objetivo era a miscigenação do povo produzindo um elemento cada vez mais branco (D´AVILA, 2006).

O Inspetor faz críticas às escolas estrangeiras, pois “é sobretudo prejudicial porque desnacionaliza a infância” (MARTINEZ, 1920, p.23²¹). Tais escolas funcionavam como territórios a parte na visão do inspetor geral de ensino. “A língua falada é a poloneza, allemã ou a italiana” (MARTINEZ, 1920, p.23).

No próximo momento do texto nos debruçaremos a compreender melhor as ideias do relatório dando uma maior perspectiva e mais profundidade ao debate da educação no Paraná.

²¹ A referência desses termos, ainda que datado em 1922, o texto está inserido momento relatório analisado. O que vc quis dizer com ess nota? Não está claro.

3 POSSÍVEIS DIALOGOS EUGÊNICOS ENTRE LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL NO ESTADO MAIS EUROPEU DO SUL DO BRASIL.

3.1 PEDAGOGIA EUGÊNICA

“Hoje é dia de flúor. Vamos fazer uma fila para todos usarem”, “Hoje é dia da escovação”, “amanhã todos tragam as carteirinhas de vacinação”. Falas tão comum no âmbito escolar ainda hoje, mas que ainda trazem muitas heranças de um passado de exclusão e marginalização social de metade da população brasileira. Até que ponto é uma questão de saúde preocupada com bem-estar dos indivíduos, aliás, das crianças e até que ponto é uma preservar, perpetuação de um pensamento marginalizado que ainda preservar em seu interior?

As políticas eugênicas estiveram imersas na educação, pois, segundo os teóricos, a escola seria o primeiro passo para a civilização e moralização. Tais políticas estavam na teoria educacional e tanto mais nos processos e ações educativas. Emergia, nesse contexto, um conceito de educação integral (moral, física e mental). As reformas visavam uma psicologia experimental partindo dos princípios higienistas (VEIGA, 2007, p. 256).

As novas concepções sobre pedagogia passaram a ser readequadas, no século XIX e XX, por conta das demandas sobre o estudo da infância na biologia, psicologia, sociologia e práticas educativas. A ciência criou mecanismos de estudo para se dedicar a pensar infância: a pedologia - ciência da criança - (VEIGA, 2007, p. 210). Tal área se dedicava a estudar a parte física (ciência da antropometria), psíquica e moral das crianças e foi ampliada por Claparède, a pedotécnica desdobrou-se em áreas afins na pediatria:

QUADRO 6 - CIÊNCIA PODOLOGIA

Ciência Podologia – estudo da infância e da criança
Pediatria: cura de doenças infantis
Pedotecnia judiciaria: avaliação dos atos delituosos da criança e sua regeneração
Pedagogia experimental: métodos educativos para infância
Psicopedagogia: estudos das dificuldades de aprendizagem
Higiene infantil: cuidados da infância e parinatal
Ortofrenia: estudo das crianças anormais

Fonte: VEIGA (2007), adaptado pela autora.

No final do século XIX foram agregadas outras áreas da ciência para antropometria e psicanálise, um conglomerado de ciências visando infância e a criança.

3.2 PEDAGOGIA EUGÊNICA NOS RELATÓRIOS DE ENSINO NO PARANÁ

No estudo e análise dos documentos “*Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretario Geral de Estado pelo Professor Cesar Prietro Martinez, inspector Geral do ensino*”, de 1921, a educação idealizada pelo inspetor que revela uma exaltação ao idealismo patriótico.

O amor da pátria é o amor da ordem dentro da lei, é a confiança nos eleitos para dirigir os destinos de todos, é o acatamento á justiça, o respeito ao passado, a esperença no porvir, a solidariedade em todos os momentos em que as instituições parigam e com ellas a grandeza e a integridade nacional. (MARTINEZ, 1921, p. 5).

A infância do mesmo modo era visualidade como uma promessa de futuro, uma esperança.

A infância de hoje muito pode confiar na acção bemfazaja da escola publica primaria, guiada para os melhores destinos, entregue á mais nobre e útil das missões, pois não só prepara as gerações do porvir para que possam com mais inteligência empregar o trabalho honesto, mais ainda incute-lhes deveres e diretos civicos e sociaes. (MARTINEZ, 1921, p. 5).

Os reformadores da educação, nesse momento acreditavam que a partir da infância poderiam vislumbrar o progresso. Existem uma aposta num futuro vindouro e extinção do analfabetismo, “instrução da infância” (MARTINEZ, ANO). Para Martinez, existia uma pressa insana para alfabetizar a população: “temos, pois, razão, para cremos no futuro da infância. O que o Paraná está fazendo pela instrução de seu povo representa muito esforço, muita inteligência e muito patriotismo” (MARTINEZ, 1921, p.5). Para o inspetor o domingo era o único dia de descanso, nem os feriados eram dias de descanso e na escola deveria ser “hygiene, contos cívicos e moraes a todos, quer saibam ler, quer ainda se ensaiem na cartilha” (MARTINEZ, 1921, p. 10).

O inspetor trata da importância da “*infância rural, sertaneja para os ensinamentos das letras e civilidade*” (MARTINEZ, 1921, p. 11). Também questiona sobre humanidade dos povos e comunidades rurais “É tudo isso por que? Por que o caboclo é um ente inferior? Por que lhe falta intelligencia e coragem? Está bem visto que não. Intelligencia e coragem são patrimônios que a raça lhe conferiu” (MARTINEZ, 1921, p. 22). Nas primeiras décadas do século XX, era um momento em que Monteiro Lobato tece sua tese sobre o seu famoso personagem Jeca Tatu, o qual

ficou imortalizado na figura da degeneração sociocultural, como vimos anteriormente. Desse modo, fazia-se necessário civilizar a infância rural, sertaneja, carente de infraestrutura em todas as instâncias da vida, assim, um degenerado social que precisava ser educado.

No relatório, Martinez apresenta a aspectos didáticos pedagógicos e técnicos sobre a formação organizacional, o funcionamento, da escola, em meio a muitas aspirações, pois para o autor: “educar e melhorar”. Há também a existência de uma exaltação da educação como ciência e da pedagogia como ciência universal. “Ciência a Sciencia da Educação” (MARTINEZ, 1921, p. 14). O autor ressalta as novas construções obras que seguem os princípios “hygiene da pedagogia” (MARTINEZ, 1921, p. 23).

Os métodos didáticos, na perspectiva higienista, também estavam presentes nas histórias ou “contos infantis”. Havia a necessidade em formatar a criança na moral a partir da literatura como foco disciplinador e moralizante. As crianças de 1º e 2º anos eram oferecidas as histórias e os contos. Aos alunos de 3º e 4º anos eram oferecidas literaturas variadas e da justiça:

Primeiro e mérito, a bellezá da solidariedade, o amor e o sacrificio do pae pelos filhos, do filho pelo pae, do irmão pelo irmão, o auxilio do forte ao fraco, do sábio ao ignorante, do sçao ao doente, etc. etc. Alem disso, cumpre tratar de assumptos que diariamente são registrados; - dramas empolgantes em que o álcool, o jogo e a vida desregrada conduzem á pratica de atos os mais reprováveis, levando a desolação e a desgraça ao lar, infelicitando a família, cortando o futuro d felicidade que todo o homem deve almejar para si e para os seus.” (MARTINEZ, 1921, p.24)

Segundo Veiga (2007), as concepções sobre eugenia estiveram presentes até meados dos anos de 1940 na educação. Havia uma predileção para uma hierarquização dos sujeitos e grupos crianças brancas. Isso se deu também em outras áreas. Na literatura, a depreciação e inferiorização da população negra com a personagem *Tia Anastácia*, por exemplo, nas obras de Monteiro Lobato²², nas gravuras de livros infantis e cartazes escolares, a população negra também era retratada nesse mesmo

²² Livro “O presidente negro ou o choque das raças” (1926) e Caçadas de Pedrinho pesquisas atuais já apontam o quanto isso impactou o imaginário social cultural e racial na literatura infantil. ARAÚJO, Débora O. Cristina de. SILVA, Paulo V. Baptista da. Diversidade étnico-racial e produção literária infantil: análise de resultados. CEERT. Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais/ Maria Aparecida Silva Bento, (Org.) São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012. Cap. 3, p. 194-217. SILVA, Lucilene C. Meninas negras na literatura infantil juvenil: escritoras negras contam outra história. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação). Universidade de Brasília - faculdade de Educação, 2012.

lugar de inferiorização, assim como nas propagandas, jornais e revistas. Silva (2006) aponta que ainda há uma predileção para exclusiva escolha para grupos étnicos com fenótipos brancos, ainda que essa relação esteja mudando nos últimos os anos.

O autor Martinez retrata, no relatório 1921, um problema que não é novo no país, o famoso “jeitinho brasileiro”. Professores eram pagos para trabalhar na alfabetização das crianças em vilas distantes, contudo, “algumas escolas somente existiam no papel, pois os professores ignoram por onde andam os alunos, ou então nem sabem onde fica a escola. Quando do chega o fim do mês, porém, não falta quem lhes forneça um atestado” (MARTINEZ, 1921, p. 42). As famílias que tinham condições financeiras colocavam seus filhos em escolas particulares, inclusive as estrangeiras, especialmente por falta de instabilidade dessas escolas que ora tinha professores ora não. A escola serve para elevar a moral das classes populares (MARTINEZ, 1921, p.45).

O autor, num ofício enviado as escolas, tratam da importância do inspetor local para o ensino popular público. Para ele o surto do progresso depende em grande medida da escola (MARTINEZ, 1921, p.46)

Si os povos da Europa e da Asia envelheram arcados sob o peso de mil infortúnios, carregam ao homem os despojos dos séculos, é porque não tiveram escolas que regenerassem os herdeiros da raça para melhores dias.”
Os filhos da America, mal abrem os olhos para luz e já lhes apresentam o livro onde há mais brilho que no sol. Começa cedo a formação do seus espírito.

Bemdito o livro e bem dita a escola

Alfabetizar, alphapeditizar sempre – tal é o lema de nossas casas de ensino. (MARTINEZ, 1921, p.47).

O autor afirma que metade dos alunos no Paraná frequentava a escola nas primeiras séries e que metade desses saíam na primeira etapa. Contudo, quem eram esses alunos, lembrando que, em 1821, não havia acontecido a abolição do escravismo? E a região do Rio Grande do Sul os negros eram proibidos de frequentar a escola, como já mencionado.

A transição entre escravos e cidadãos com relação à população negra era um grande desafio a nova república, num momento os senhores tinham escravos que se tornaram cidadãos com direitos e deveres semelhantes a qualquer branco. Nina Rodrigues afirmava que negros deveriam ser inimputáveis, não deviam ser responsabilizados por crimes, ou melhor, serem tratados de formas diferenciadas da responsabilização de crime.

O autor Martinez aponta a importância tirar as pequenas populações que estavam em estado de ignorância. Em um relato de visita na escola, o inspetor aponta tal relevância da atenção da higiene escolar, uma criança no momento do recreio se espantou ao ver pessoas diferentes na escola os observando: “- Pensamos Que era o medico que vinha vacinar... – é que mal havia nisso? - Todos dizem que a vacina mata...” (MARTINEZ, 1921, p. 51).

O medo das crianças não era sem motivo, a vacinação causava ansiedades. A reforma sanitária, na capital do país, Rio de Janeiro, promoveu uma campanha vacinação obrigatória que causou mortes violentas e centenas de feridos no ano de 1904. Arbitrariamente, no governo Rodrigues Alves (no período 1902 -1906) houve a autorização da campanha pedida pelo sanitarista Oswaldo Cruz (GALVÃO²³, sd)

A referência teórica para a análise do inspetor Martinez (1921, p. 57) eram Spencer e Rousseau e cita as seguintes frases desses autores “primeiro condição para pleno êxito na vida ser o homem um bom animal” e “um corpo débil enfraquece a alma” A escola e professores tem um papel fundamental na perspectiva é do adestramento do corpo.

O exame medico, é portanto, é base de todo programma de gymnastica individual, pois nem se compreende que tratando-se da vida de um ser cujo organismo se desenvolve por edades, se possa por de lado a hygiene e a medicina. (MARTINEZ, 1921, p.57)

Foram criadas fichas do “histórico sanitário do aluno” (1912) (VEIGA, 2007, p. 262) que continham as características físicas dos alunos. Nesse momento da história as fichas de “*Instrucción Publica do Estado do Parana – Educação Physica*”(1922) faziam parte da inspeção escola-medica realizada semestralmente nas instituições de educação.

²³ GALVÃO, Márcio Antônio Moreira Galvão. Origem das políticas de saúde pública no Brasil: do Brasil-colônia a 1930. Textos do departamento de ciências medicas/ escola de Farmácia. Universidade de Ouro Preto. (sem data)

Fl. N.

INSTRUÇÃO PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

EDUCAÇÃO PHYSICA

FOLHA INDIVIDUAL SEMESTRAL

De de a de de 192

Grupo Escolar

Nome

Nascido em de de 192

Matriculado em de de 192

Classe N.º

ESCOTISMO

Brigada

Columna

Bandeira

Pelotão

Reconhecimento ou companhia

Partido ou Grupo

Patrulha

Gradação classificação



Figura 2 - Ficha do Aluno
 Fonte: (MARTINEZ, 1921)

EXAME MEDICO

DATAS				
Estatura			
Peso			
Constituição			
Pulso	Natural			
	Inspiração			
	Expiração			
Ampliação torácica			
Capacidade vital			
Exame dos sentidos e reflexos especiais	Visão	Dirrito		
		Esquerdo		
	Audição	Dirrito		
		Esquerdo		
Tato			
Olfato			
Apparêlho respiratorio			
Coração			
Número de pulsações	Fm		
	Mts		
Particularidades			
Índice vital			
Índice de robustez			

OBSERVAÇÕES

Curitiba, de de 192

O Medico

Figura 3 - Ficha de exame médico do aluno
 Fonte: (MARTINEZ, 1921)

As fichas, como se pode observar, era o registro sobre aspectos fisiológico dos alunos, existiam também as fichas antropométricas contendo registro do desenvolvimento fenotípico, estudo do corpo, dos alunos e as fichas psicológicas que registravam o desenvolvimento mental. Segundo Davilla (2006, p. 70), os registros eram feitos sem que o aluno ou a família soubesse e as coletas serviam para as pesquisas do IPE.

O Michel Foucault (2009) traz a discussão sobre o estudo do corpo como instrumento de dominação ao longo da história ocidental, “Corpos dóceis”. Essa análise aponta como a forma de coerção social está subsumida e escondida por traz de uma ideologia num discurso social controlador, disciplinador e punitivo que começa de dentro para fora a partir do corpo do indivíduo e que se estabelece nas instituições, principalmente na escola, lócus privilegiado para a formatação e formatação precoce. Assim como apregoavam os eugenistas, sanitárias e higienistas.

Ao analisar como o corpo foi e é manipulável, Foucault (2009) desvelou a ideologia imposta que, de forma naturalizada, como ressalta Thompson (2009), se instala nas formas e estratégias de dominação.

Aspectos que remetiam aos estudos, realizados na Fundação do Instituto de Proteção à infância (1899), estavam alocados na ideia da inspeção escolar que era apontada como inerente ao melhoramento da raça. Foram criadas, nessas perspectivas, organizações especializadas no cuidado da criança. A ABE primava por três concepções básicas, uma tríade ao progresso, era a moral, a higiene e a economia.

Para os eugenistas e higienistas (Lourenço Filho – psicólogo infantil, Arthur Ramos²⁴ - antropólogo), os filhos de negros e pobres estavam condenados, pois não tinham capacidade intelectual para a aprendizagem, “defeito de raça” (no caso dos negros). As duas condições (negro e pobre) seriam atingidas pelos maus hábitos, vícios, ignorância, sexualidade promiscuidade, má alimentação e falta de bons costumes. E tal debilidade deriva de sua hereditária, dos pais.

A influência doméstica seria um mal para as crianças, pois se perpetuava de geração a geração nas famílias pobres, apontando, aqui, um determinismo geocultural e social, tal contexto impossibilitava uma geração de “bens nascido”. A escola, nesse contexto, tinha a possibilidade salvadora, era o espaço que iria proporcionar uma medida civilizadora e integradora sociocultural, assim como formadora. Portanto, a

²⁴ Atuou em departamentos Organizou de Neuro psiquiatria de serviço Central, fundador do instituto de Higiene mental (SOUZA, 2010)

escola se tornaria um laboratório eugênico (D'AVILA, 2006) primordial, semelhante a hospitais, e os alunos deveriam ser robustos e saudáveis.

Os alunos examinados, se bem que a maioria seja constituída, felizmente, por crianças robustas e saudáveis, não foram em pequeno numero os casos assinalados, que exigiriam providencias da inspecção-medica, avultando os de pediculose, dermatose, anemias de varias natureza, principalmente as ocasionadas por verminoses, não falando em três casos de tuberculoses abertas, que foram isoladas, afora muitos casos de moléstias e affectação contagiosas, embora benignas, tambem isoladas ou tratadas.

Não posso omitir a impressão desagradável que me causaram muitos que se apresentam á escola em estado de completo desasseio, tanto de corpo comm das vestes, sem falar na falta de cuidado com os cabellos, unhas dentes e pés. (MARTINEZ, 1922, p. 126/122).

A educação física (antropometria) foi muito demarcada por essa influência. Para Fernando Azevedo a educação física seria a melhor técnica para melhor forma e desempenho físico (AGUILLAR FILHO, 2011, p. 81):

Aplicada convenientemente a educação física em gerações sucessivas e apoiadas num conjunto sistemático de medidas eugênicas, poderá chegar-se mais rapidamente à afirmação de tipos característicos, com seus traços somáticos comuns, - a um grupo, talvez extremo e definitivo, representante genuíno de uma nova etnia, que venha a constituir a comunidade nacional e possa ir florescendo, através do tempo, numa juventude cada vez mais robusta, rubra nos glóbulos vermelhos e morena na tez requemada da pele (AGUILLAR FILHO, 2011, p. 81).

Além do aspecto físico, existiam testes de classificação dos alunos por meio da “psicologia diferencial” que media aptidão mental. Esse teste media a capacidade para ler e escrever, media a “maturação educacional” (D'AVILA, 2006). O “movimento de teste” (MONARCHA, 2008) surgiu nesse mesmo momento histórico (início da primeira república), como mecanismo de diferenciação. Tais testes possibilitavam que alunos, já inseridos em um contexto de leitura e ambiente alfabetizador, fossem beneficiados (alunos de classes abastadas). E ainda, os testes e os tratamentos de saúde e odontológicos propiciavam que os alunos fossem tratados como uma espécie de “cobaia humana” para os estudos das áreas sociais e da saúde, nas chamadas “escolas laboratórios”. Contudo, os “não aptos” para educação, por diferentes aspectos pesquisados pelos estudiosos (saúde e mental), eram as pessoas das classes pobres e raça negra.

Para Janz JR (2011, p. 21), os grupos que colocavam em risco o projeto civilizador eram a população negra, trabalhadores, doentes e pobres. Segundo D'Avila

(2006, p. 222), “as políticas integravam e segregavam os alunos ao mesmo tempo” com suas práticas.

Segundo Liliana Larrocca e Vera Marques (2010), havia um discurso médico também no Paraná higienista que era difundido pela revista de medicina do Paraná entre os anos de 1920 e 1937 cujo lema era a “cuidar, proteger e higienizar a infância”.

A Faculdade de medicina do Paraná e a reuniões de Associação médica da Paraná divulgavam, na Revista Medicina do Paraná (RMP), artigos públicos científicos e realizavam palestras que veiculava as ideias eugênicas: higienizar, sanear a população e a criança, que era o alvo principal. Havia os estudos que advinham da puericultura, no hospital de Clínicas, com o médico Milton Munhoz (LAROCCA; MARQUES, 2010). A criança era um “instrumento” possível de formatar aos moldes civilizatórios com “bons” hábitos e costumes.

Acreditava-se que a escola seria princípios para dar início ao projeto. Os médicos propunham e realizavam formação eugênica para os professores no chamado Curso de Hygiene Elementar (1920), o diretor do curso era o médico Souza Araujo. (LAROCCA; MARQUES, 2010). Medicalizar e higienizar a infância era algo imprescindível para os médicos e educadores paranaenses.

Listas de prescrições do médico Milton Munhoz para serem aplicadas na escola pela professora

QUADRO 7- LISTAS DE PRESCRIÇÕES

A criança deverá entrar e sair limpa da escola
Durante as aulas a professora corrigira atitudes irregulares nas carteiras e bancos prevenindo posições viciosas
No recreio a professora regulará jogos e exercícios de acordo de acordo com a capacidade física
A professora ensinar aos alunos a se servirem dos aparelhos sanitários
A professora evitará que os alunos façam suas merenda em local improprio e como as mãos sujas, mastigando apressadamente os alimentos
Colocar em cada escola uma professora da saúde escolhida entre as moças de mais bela aparência em pleno gozo de saúde e entusiasta da higiene
As regras higiênicas deverão ser praticas a princípio intencionalmente e depois a forma automática
A professora deverá despertar na criança o interesse pela saúde, de foma positiva, por meio da brincadeira, pelo exemplo e pela ação
A professora estimulará e organizará a formação de pelotões de saúde, sob moldes miliatares , como promoções, distintivos, competições e até cadernetas de serviço em que serão anotados, além das conquistas, cuidados corporaes, peso e altura
A professora deverá encaminhar os alunos para exames médicos periódicos

Fonte: LAROCCA (2009, p. 189).

D'ávilla (2006) aponta como se deu o embranquecimento do professorado no Rio de Janeiro na primeira década, Larocca (2009) aponta tal perspectiva no contexto higienista, falando sobre quem seria esse profissional que deveria “colocar em cada escola uma professora da saúde escolhida entre as moças de mais bela aparência em pleno gozo de saúde e entusiasta da higiene” (Larocca, 2009). Os aspectos higiênicos deveriam estar presentes em todas as dimensões da educação escolar. Desde os mobiliários, espaço físico, formação dos professores, os próprios professores teriam que ser exemplos de conduta “higiênica”, segundo as propostas de Milton Munhoz (LAROCCA; MARQUES, 2010) e como aponta Martinez em seu relatório (1921).

Havia a necessidade da doutrinação começaria pela educação do corpo, a disciplina do corpo, nas aulas de educação física. Contudo, o espaço físico precisava também ser estabelecida numa dimensão global disciplinadora e de vigilância. Para os higienistas o espaço precisavam ser “hígidos”.

A educação na perspectiva “eugênica positiva²⁵” levaria o Brasil rumo a civilização, modernidade e progresso (visão dos intelectuais na época como já foi mencionado ao logo do texto) e o Paraná comungava das linhas sanitaria, higienista e, por consequência, eugenista. Segundo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2004 p, 12).

Foi também no Sul, centro da vida econômica e política, que as campanhas de sanitização e higienização públicas ganharam vigência, forçando a amenização das teorias eugenistas em versões que privilegiavam as ações de saúde pública e de educação, em detrimento de políticas médicas de controle da reprodução humana e dos casamentos. (GUIMARÃES, 2004, p. 12).

Contudo, Larocca (2009) afirma, a partir da sua tese, a existência das medidas profiláticas nas incursões e políticas educacionais engendradas pela comunidade médica paranaenses. A autora aponta ainda que a elite intelectual e política da época, no Paraná, não acreditavam que somente o aspecto clima (europeizado) seria o suficiente para o progresso e o problema da regeneração. Seria necessário, então, a educação e a higiene para que de fato isso se concretizasse a educação eugênica ou “pedagogia higienica”.

Outros dois autores já mencionados ao longo do texto apontam como se deu a ideologia eugênica nas políticas no Brasil. Jerry D'ávila (2006) apresenta como se deu as ideias sanitaria, higienista no Brasil na cidade da Rio de Janeiro. O autor Sidney Aguillar Filho (2011) mostra de forma reveladora, emblemática e assustadora como as

²⁵ Eugenia positiva – miscigenação; saneamento e higiene. Eugenia negativa esterilização e outros fins. (SOUZA, 2010)

ações governos e legislações educacionais ocuparam o cenário no início da república entre os 1930 e 1940. Aguillar Filho (2011) aponta que o governo brasileiro tinha proximidade com os governos totalitários, a Itália com fascismo e a Alemanha com o nazismo nos anos 1930 e muitos intelectuais, políticos e elite econômica um tratamento muito simpático ao nazismo. Em sua tese, o autor apresenta como a sua “pesquisa revelou a existência de ideário publicamente assumido de eugenia e racismo, não necessariamente nazista, em importantes setores das elites brasileiras (intelectuais, artísticas, políticas e econômicas)”.

Contudo, Aguillar Filho mostra as ações mais escusas usadas pelas elites intelectuais, econômica e políticas entre os anos 1930 e 1945 que engenhosamente envolveu a vida de 48 meninos negros (pretos e pardos) e dois brancos, tinham idade entre os 9 e 12 anos. Os meninos foram transferidos de um abrigo da capital carioca, Romão de Mattos Duarte e da irmandade de Misericórdia, para uma fazenda de dois irmãos, os Rocha Miranda²⁶ (patrono e tutoria dos meninos), declaradamente nazista no interior de São Paulo, Campina do Monte Alegre. Os irmãos tinham uma ligação com a Krupp, Alemães. Família, Rocha Miranda, mantinha negócios no Brasil (vendas produtos durante a guerra) e tinha direta ligação com a Alemanha nazista de Hitler que por sua vez estavam ligados ao movimento integralista brasileiros dentre ele Plínio Salgado entre outros. Alfred Krupp von Bohlen und Halbach foi ministro no estado nazista²⁷. Aguillar filho (p. 202, 2011) afirma que o partido nazista teve o maior agrupamento fora da Alemanha.

E, ao que tudo indica, ficou constatado na tese que os meninos foram vítimas de exploração, violência extrema, violência moral e trabalhos forçados. Observou-se que os responsáveis, especialmente o juiz Cândido de Albuquerque Mello Mattos quem autorizou o patronado para os meninos, teve uma complacência de autoridades políticas e jurídicas na internação dos meninos, já que os menores estavam sob a guarda do Estado. O senhor Aloysio Silva, um dos meninos que viveu na fazenda, em depoimento afirmou, ao ser questionado pelo pesquisador qual o motivo de terem sido levados para a fazenda: “pra trabalha na fazenda. Como escravo. Como escrava” (2011, p. 196). Para as autoridades responsáveis era para ser educados, militarizados como as ideologias educativas de base nazista e integralista que apregoavam.

²⁶ Sérgio Rocha Miranda, dono da fazenda Cruzeiro do Sul, e Renato Rocha Miranda, dono da fazenda Santa Albertina.

²⁷ A empresa dos Krupp era fabricante de armamentos e na época era uma das maiores empresas siderúrgicas do mundo (AGUILLAR FILHO, 2011, p. 63).

Meninos de nove e dez anos estiveram sujeitos ao cárcere pelo isolamento no campo, aos cães de guarda treinados, aos castigos físicos, aos constrangimentos morais e ao encarceramento solitário (AGUILLAR FILHO, 2011, p. 195)

O trabalho começava às sete da manhã e terminava às dezessete da tarde e o trabalho começava a partir dos 10 anos de idade e era na roça e como gado. Durante a guerra foram enviados meninos quando o Brasil entrou na guerra, um foi enviado para o front, nas palavras do Senhor Aloysio (AGUILLAR FILHO, 2011).

Em 1938, na ditadura varguista foi proibido qualquer atividade dos partidos opositores a ideologia varguista, inclusive integralista e nazista (SKIMORE, 2012). Ao final da segunda guerra mundial e a derrota do nazismo, a família Krupp se abrigou no Brasil na fazenda dos Mirandas, vendida para a família alemã. Os meninos foram dispensados da fazenda sem ter para onde ir e para onde seguir.

O autor, Aguillar Filho, conclui a tese afirmando que houve no “Brasil experiência de educação eugênica” (2011, p. 209). O que nos elucidada no trabalho de Aguillar Filho é como foram decisivas as determinações políticas de cunho ideológico balizaram a vida de meninos negros pobres vítimas de uma política segregadora, racista e eugenista. O autor aponta que as pesquisas, no caso dos irmãos Rocha Miranda, foram experiências pontuais, contudo, o pesquisador afirma que, no Brasil, teve o maior aglomerado de pessoas do partido nazista fora da Alemanha.

Especialmente nos estados do Sul que iminentemente têm uma cultura segregadora e separatista. No Paraná foi possível observar como as ideias eugênicas influenciaram nas políticas educacionais a partir dos fundamentos e contexto de construção de nação e políticas de saneamento e higienistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da documentação, nas bases eletrônicas do Arquivo Público, sobre educação no Paraná, vigente na década de 1920, sobretudo, no “*Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário Geral de Estado pelo Professor Cesar Prietro Martinez, inspector Geral do ensino*”, não se encontrou preterimento entre os grupos étnico-raciais de forma explícita. Entretanto, o estudo teórico e documental possibilitou inferir que houve medidas e ações de intervenção social e médica inseridas no contexto educacional que manifestava o interesse político, social e científica da elite a época. Interesse em constituir um nação nova, moderna a partir da educação.

O que se percebeu nesse contexto e na ideia de saneamento e higiene era a eugenia, uma ideologia, bem como, era uma forma de pensar o progresso no final do século XIX e começo do século XX. A Eugenia era a considerada a ciência do progresso social e ofereceria as bases teóricas para as ações do movimento sanitaria e higienista no Brasil e em outras partes do mundo.

No caso brasileiro, o grande contingente de negro (africanos e seus descendentes estabelecidos no país) resultado de quase quatro séculos do modo de produção o escravismo, se constituía para as elites políticas, econômicas e intelectuais como um problema, um empecilho para o progresso. Adoção dos princípios eugenistas diluídos na campanhas sanitarias e higienistas com bases também no racismo científico trazia, seja de maneira explícita, seja de modo implícito, a questão da raça. A “raça brasileira”, era considerada pelos agentes do racismo científico como degenerada, precisava ser regenerada e civilizada. Tal regeneração seria a recuperação da nação e significava o progresso.

A composição étnica e a miscigenação brasileira diferenciada oferecia aos estudiosos brasileiros e estrangeiros a oportunidade de se especializarem, pois na época o Brasil era avaliado como sendo um grande laboratório eugênico. A escola nesse contexto era uma micro esfera social e refletia as mazelas de uma sociedade degenerada. Para os cientistas brasileiros as instituições de ensino se apresentava como clínica para sondagem, estudos e práticas. As professoras/es eram formadas/os na mesma perspectiva. A criança oferecia a oportunidade de um formação/formatação precoce e disseminação das ideias nos seus grupos sociais.

Desse modo, as políticas e ações do estado paranaense (assim como em outros estados e regiões do Brasil) para sanear e higienizar convergia substancialmente

naquilo que se praticava pelo estado brasileiro enquanto nação. É o que se encontrou nas diretrizes orientadoras para educação paranaense naquele período de forma subliminar nos termos (“*conselhos higienicos*”, “*educação higienica*” e “*higiene escolar*”) e também nas pesquisas sobre o período e na literatura científica pregada no início do século XX. Um exemplo, no caso paranaense, foi a formação de professoras/es que era realizada por médicos e a conferência de educação com diversas inferências sobre a educação eugênica pelo eugenista Renato Kehl. Em São Paulo as políticas revelou experiências eugênicas como tendências nazistas no interior da capital paulista. No Rio de Janeiro as políticas sociais e raciais balizaram as políticas no começo do século XX. Tais apontamentos revelaram como as formas explícitas/implícitas de sanear, higienizar e eugenizar as populações pobres e negras que estiveram presentes no Brasil nesse período. Em muitos casos demonstrou um lado escuso das políticas públicas, pois foram política de estado vigente que se estabeleceu nas políticas educacionais e acabou se desvendando em políticas segregadoras entre os grupos.

Esse estudo, então, possibilitou refletir como e de que forma (e formas bastantes direta e materializada) o uso do capital cultural, econômico, intelectual e políticoideológico das elites colaboraram para políticas e ações associadas a uma ideologia segregadora e racista, como a complacência do Estado paranaense. O poder pulverizado nos diferentes âmbitos influenciaram um conglomerado de políticas públicas e ações na educação, na saúde, urbanização entre outras áreas. Afetaram e marginalizaram, sobretudo, negros e pobres aqueles considerado inferiores, degenerados por ideologias que pregavam o melhoramento e regeneração “racial” visando uma nação renovada.

REFERÊNCIAS

AVE-LALLEMANT, R. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

ABREU JUNIOR, Laerthe de Moraes; CARVALHO, Eliane Vianey de. **O discurso médico-higienista no Brasil do início do século XX**. In: Trab.Educ.Saúde, Rio de Janeiro, v.10 n.3, p.427-451, nov.2012.

AGUILAR FILHO, Sidney. **Educação, autoritarismo e eugenia**: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945). Tese (doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, SP: 2011.

ARAÚJO, Débora Cristina de. **Relações Raciais, Discurso e Literatura Infanto-Juvenil**. Dissertação (Mestrado em Políticas Educacionais). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

_____; SILVA, Paulo V. Baptista da. **Diversidade étnico-racial e produção literária infantil**: análise de resultados. CEERT. Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais/ Maria Aparecida Silva Bento, (Org.) São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012. Cap. 3, p. 194-217.

ARQUIVO público do Paraná. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=59>> . Acesso em 30 dez 2015.

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

AZEVEDO, Fernando. **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959**. Fundação Joaquim Nabuco. Ed Massangana, Recife, 2010. (Coleção Educadores).

BATISTELLA, Alessandro. O paranismo e a invenção da identidade paranense. **Revista Eletrônica História em Reflexão**: Vol. 6 n. 11 – UFGD - Dourados jan/jun 2012

BBC, Documentário - **A história do racismo e do escravismo BBC** – publicação em outubro de 2012. A "História do Racismo" é um documentário produzido e realizado pela British Broadcasting Corporation (BBC) - que aborda o legado deixado pelo racismo e pelo escravismo ao longo dos séculos -, como parte da comemoração do bicentenário da Lei de Abolição ao Tráfico de Escravos (1807), a BBC 4, dentro da chamada "Abolition Season", exibiu uma série composta por três episódios, independentes entre si, abordando a história e os aspectos do racismo pelo mundo. São eles: "A Cor do Dinheiro", "Impactos Fatais" e "Um Legado Selvagem". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0NQz2mbaAnc>>. Acesso em 30 dez 2015.

BERTOLINI, João Luís da Silva. **Sebastião Paraná** - um construtor da educação. Construção de um imaginário na Primeira República (1889-1930). Monografia. Universidade Federal do Paraná, 2000.

BERTULIO, Dora Lucia de Lima. Ação afirmativa no ensino superior considerações do acesso sobre a responsabilidade do Estado do Estado Brasileiro na promoção do acesso de negros à universidade - o sistema jurídico nacional. p. 51-97, 2007. PACHECO, Jairo Q. SILVA, Maria Nilza da. (Orgs) **O negro na universidade: o direto à inclusão** – Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

BORGES, Roselania Francisconi. **A pedagogia de Manoel Bomfim**: uma proposta higienista na educação. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, 2006.

BRAGATO JUNIOR, Alberto da Cunha. **História das primeiras instituições públicas na formação superior de professores** (1930-1939). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Uberaba. Uberaba, MG, 2007.

BRASIL, Presidência da República. **Lei 11.645 de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em 23 jun 2015.

BRAVO, Revista. **Monteiro Lobato e o Racismo**. Edição 165. Maio de 2011. Disponível em: <<http://bravonline.abril.com.br/materia/monteiro-lobato-e-o-racismo#image=165-caparacismo-1-g>>. Acesso em 10 ago 2015.

COHEN, Peter. **Homo sapiens 1900**. 1998. (Filme documentário)

COSTA, Hilton. **O navio, oficiais e os marinheiros**: as teorias raciais e a reforma eleitoral de 1881. Tese (doutorado em história), Curitiba, 2014. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/historiapos/files/2013/09/HILTON1.pdf> Acesso: 10 maio 2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A desoficialização do ensino no Brasil**: a reforma Rivadávia. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 108, p. 717-738, out. 2009.

_____. **A educação nos anais da Constituinte Republicana do Estado do Paraná – 1892**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 49, p. 227-243, jul./set. 2013. Editora UFPR.

D’AVILA, Jerry. **Diploma de brancura**: políticas social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: Editora UNESP, 2006. (Tradução: Claudia Sant’Ana Martins).

DEL CONT, Valdeir Donizete. **A ciência do melhoramento das especificidades genéticas humanas**. (Tese de doutorado). Campinas, SP: 2007.

DOMINGUES, Petrônio José. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição.** São Paulo: Editora Senac São Paulo: 2004.

_____. **Negros de almas brancas?** A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. *Estud. afro-asiát.* [online]. 2002, vol.24, n.3, pp. 563-600. ISSN 1678-4650. Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em 05 out 2013.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”.** São Paulo: Dominus, 1965.

FERREIRA, Ana E. C. S. **Organização da instrução pública primária no Brasil: impasses e desafios em São Paulo, no Paraná e no Rio Grande do Norte (1890–1930).** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13661/1/OrganizacaoInstrucaoPublica.pdf> Acesso: 05 julho de 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão** (tradução da Raquel Ramallete). 37. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FREIRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** Ed. 48º - São Paulo: Global, 2003.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Oswaldo Cruz: uma instituição a serviço da vida.** Disponível em: <<http://portal.fiocruz.br/pt-br>>. Acesso em 30 dez 2015.

GEVAERD, Rosi Terezinha Ferrarini. **A narrativa histórica como uma maneira de ensinar e aprender história: o caso da história do Paraná.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Do Paraná: Curitiba, 2009.

GALVÃO, Márcio Antônio Moreira. **Origem das políticas de saúde pública no Brasil: do Brasil-colônia a 1930.** Textos do departamento de ciências medicas/ escola de Farmácia. Universidade de Ouro Preto. (Sem Data)

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Educação física, ciência e saúde: notas sobre o acervo do Centro de Memória do Esporte (UFRGS).** *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 2010, vol.17, n.2, pp. 527-536. ISSN 0104-5970.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfred. **Preconceito de cor e racismo no Brasil.** *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, V. 47 N° 1, 2004.

HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia. **“Eis o mundo encantado que Monteiro lobato criou”:** ração, eugenia e nação. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

HOCHMAN, Gilberto. **Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945).** Editora UFP, Educar, Curitiba, n. 25, p. 127-141, 2005.

IURKI, José Erondy. **Romário Martins e a historiografia paranaense**. EDUCERE – Revista da Educação, p. 123-132, vol.2, N.2, jul/dez., 2002. Disponível: <<http://revistas.unipar.br/educere/article/viewFile/842/739>>. Acesso em 10 jun 2015.

JANZ JR, Dones Claudio. **O valor da eugenia: eugenia e higienismo no discurso médico curitibano no início do século XX**. Cordis. **História, Corpo e Saúde**, n. 7, jul./dez. pp. 87-120, 2011.

JANZ JR, Dones Claudio. “**Antes poucos e bons, a muitos sem valor**” – a eugenia galtoniana nas páginas das revista medicas do Paraná Publ. UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, 20 (2): 161-172, jul./dez. 2012.

JÚNIOR, João Feres; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes; EISENBERG, Zena Winona. **Monteiro Lobato e o Politicamente Correto**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 56, no 1, 2013, pp. 69 a 108.

KOBAYASHI, Elizabete Mayumy. **Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como instrumento de regeneração nacional**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências Campinas, SP : [s.n.], 2007.

KULESZA, Wojciech Andrzej. Genealogia da escola nova no Brasil. Anais de congresso. **II Congresso Brasileiro de História da educação**. Natal, 2012

LAROCCA, Liliana Muller; MARQUES, Vera Rgina Beltrão. **Higienizar, cuidar e civilizar: o discurso médico para a escola paranaense (1920-1937)**. v.14, n.34, p.647-60, jul./set. 2010.

_____. **Higienizar, cuidar e civilizar: o discurso médico para a escola paranaense (1886-1947)**. Tese (doutorado em História e historiografia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

LIMA, Heloisa Pires. **Personagens negros: um breve perfil na literatura infanto-juvenil**. IN: MUNANGA, Kabengele. (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2º ed. Brasília, 2008. (p. 96-114).

LOBATO, Monteiro. **O presidente negro: ou choque das raças**. São Paulo: 13º ed. Editora Brasiliense. 1974.

MARTINEZ, Cezar Prieto. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretario Geral de Estado pelo Professor Cesar Prietro Martinez**, Inspector Geral do ensino. 1921. Disponível: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=59>> . Acesso em 30 dez 2015.

MINISTÉRIO da educação. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>>. Acesso em 30 dez 2015.

MINISTÉRIO da Saúde. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/>>. Acesso em 30 dez 2015.

MONARCHA, Carlos. “Teste ABC”: origem e desenvolvimento. **Boletim Academia Paulista de Psicologia** - Ano XXVIII, nº 01/08: 07-17, 2008.

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. 2º edição – Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção. **Imperialismo & filantropia: a experiência da Fundação Rockefeller e o sanitário no Brasil na Primeira República**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ. v. 12, n. 1, p. 205-14, jan.-abr. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/hesm/v12n1/12.pdf> Acesso: 16 maio de 2015.

PAIXÃO, Marcelo. **500 anos de solidão**: estudos sobre desigualdade racial no Brasil. 1 ed. – Curitiba: Appis, 2013.

PIZA, Edith. **Porta de vidro**: entrada para a branquitude. Psicologia social do racismo: estudos sobre branqueamento no Brasil. CARONE, Iray; BENTO, Maria A. (Orgs). 4º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

POLIAKOV, Léon. **O mito ariano**: ensaio sobre as fontes racismo e dos nacionalismo. (Tradução: Luiz Joao Gaio). São Paulo: Perspectiva, ed. Da universidade de São Paulo, 1974.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e da classificação social. SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologia do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. (Cap. 2, p. 85-130).

REIS, José Roberto Franco. **Higiene Mental e eugenia**: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930). Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 1994.

REPOSITÓRIO Institucional da Universidade Federal de São Catarina. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/99957>>. Acesso em 30 dez 2015

Revista HISTEDBR. **O manifesto dos pioneiros da educação nova de 1932**. On-line, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006 - ISSN: 1676-2584. Fonte:

SANTANA, Wania. Marco **Conceitual do projeto A Cor da Cultura**. Fevereiro, 2005, p. 05. Disponível em: <<http://www.acordacultura.org.br/sites/default/files/documentos/Marco%20Conceitual.pdf>>. Acesso em 10 mai 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Porquê as Epistemologias do Sul?** Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=ErVGIUQHjM>>. Acesso em 10 ago 2013. (Publicado em 16/05/2012 Palestra em Português - Coimbra, 9 Março 2012).

_____; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. 2º ed. 2010.

SCHENA, Denilson Roberto. O lugar da escola primária como portadora de um Projeto de nação: o caso do paraná (1890 – 1922). Trabalho apresentado no **XI Congresso Nacional de Educação EDUCERE**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, p. 21910 – 21927, 2013.

SILVA, Lucilene C. **Meninas negras na literatura infanto juvenil**: escritoras negras contam outra história. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação). Universidade de Brasília - faculdade de Educação, 2012.

SILVA, Paulo V. Baptista da. **Racismo em livros didáticos**: estudo sobre negros e brancos em livros de Língua Portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008b. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Jessé. **Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira**. Tempo soc. 2000, vol.12, n.1, pp. 69-100. ISSN 0103-2070.

_____. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. 2º ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOUZA, Vanderlei Sebastiao de. **Por uma nação eugênica**: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul | dez 2008.

SOUZA, Vanderlei Sebastiao de. **Em nome da raça**: a propaganda eugênica e as ideias de Renato Kehl nos anos 1910 e 1920. Revista de História Regional 11(2): 29-70, Inverno, 2006

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. **Infância**: sol do mundo a primeira Conferência Nacional de Educação e a construção da infância brasileira. Curitiba, 1927. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1994.

TELLES, Edward E. **O Significado da Raça na Sociedade Brasileira**. Tradução para o português de Race in Another America: The Significance of Skin Color in Brazil. 2004. Princeton e Oxford: Princeton University Press. Versão divulgada na internet em Agosto de 2012.

_____. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Tradução Nadjeda Marquese Camilia Olsen. – Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003.

THOMPSON, Jonh B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 8º ed. Petrópolis, RJ: Ed.. Vozes, 2009.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VELOSO, Mariza. **Gilberto Freyre e o horizonte do modernismo**. Soc. estado. 2000, vol.15, n.2, pp. 361-386. ISSN 0102-6992.

VIANA, Oliveira. **Raça e assimilação**: I Os problemas da raça e II Os problemas da assimilação. São Paulo, Ed Nacional, Vol. IV 2º Edição, 1934

VIDAL, Diana Gonçalves. **80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**: questões para debate. Educ. Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 577-588, jul./set. 2013.

VIANA, Oliveira. **Raça e assimilação**: I Os problemas da raça e II Os problemas da assimilação. São Paulo, Ed Nacional, Vol. IV 2º Edição, 1934.

WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei S. **Eugenia “negativa” psiquiatria e catolicismo**: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. v.20, n.1, jan.- mar p.263-288, 2013.